

DESENVOLVIMENTO DE OUTROS PAÍSES:

FRANÇA, ALEMANHA, ITÁLIA, PORTUGAL, CANADÁ E AUSTRÁLIA¹

SOUZA, Nali de Jesus.
Desenvolvimento Econômico. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

1 - Desenvolvimento da França e da Alemanha

A exemplo dos EUA e do Japão, países como Alemanha, Canadá e Austrália conheceram um desenvolvimento com base na expansão das exportações. A pauta exportadora, inicialmente agrícola, diversificou-se gradativamente, incorporando produtos com crescente nível técnico e valor adicionado. As economias nacionais desenvolviam-se à medida que se adotavam inovações tecnológicas na produção e as atividades exportadoras exerciam efeitos de encadeamento sobre o setor de mercado interno. Já a França, embora também tenha sido um centro exportador tradicional de artigos de luxo, como seda e perfumes, é citada na literatura como exemplo de país que iniciou seu desenvolvimento com base no setor de mercado interno. As economias da Alemanha e Itália aproveitaram-se inicialmente da reunificação de seus respectivos países, o que expandiu o setor de mercado interno, sendo mais tarde amplamente beneficiadas, sobretudo a Itália. Similarmente, nas décadas recentes, Espanha, Portugal e Irlanda vêm passando por uma fase de crescimento acelerado em função de seu ingresso na Comunidade Econômica européia.

1.1 Desenvolvimento da França

Embora a França se tenha desenvolvido com atraso em relação à Inglaterra, ela exerceu uma grande influência cultural e mesmo econômica na Europa Continental, sobretudo durante o período das conquistas napoleônicas. A aglomeração parisiense, estando situada no meio de uma região com terras férteis e planas, logo se tornou um importante centro exportador de vinhos, cereais, tecidos de lã e linho para a Holanda, Espanha, Portugal e Inglaterra. A indústria, fomentada desde a Idade Média pelas Cruzadas e pelos centros populacionais criados por Luís IX (1226-1270), obteve um impulso considerável no reino de Henrique IV (1589-1610), quando cresceu a produção de vidro, artigos de lã, seda, pesca e navegação (List, 1983, p. 53).

Durante a fase pré-industrial, a indústria francesa conheceu um crescimento considerável na época em que Colbert (1619-1683) foi secretário de finanças de Luís XIV. Havendo saneado as finanças públicas, ele fomentou a indústria francesa por meio de medidas protecionistas. Importou mão-de-obra especializada da Inglaterra e Holanda e adquiriu direitos de fabricação de máquinas e ferramentas. No que tange à integração espacial interna, procurou suprimir ou reduzir os direitos

¹ Este texto integra, como anexo, o Capítulo 2 do livro *Desenvolvimento Econômico* (Souza, 2005).

aduanheiros entre regiões, construiu estradas e canais para diminuir os custos de transporte. Reduziu impostos sobre a atividade agrícola, fomentou as exportações e introduziu um severo controle de gastos na administração pública (List, 1983, p. 54).

Apesar de estimular a indústria, Colbert foi criticado pelo protecionismo e pela proibição de exportar cereais em épocas de escassez de alimentos, porque isso desestimulava a produção agrícola. No entanto, o pior golpe para a industrialização francesa foi desferido pela revogação do *Édito de Nantes*, em 1685, que suprimiu os direitos concedidos aos calvinistas, em 1598, por Henrique IV, e provocou perseguição religiosa. Com isso, em três anos, cerca de 500 mil protestantes emigraram com suas indústrias e capitais, principalmente para a Suíça e, posteriormente, para a Alemanha, Holanda e Inglaterra. Esse fato anulou o trabalho de toda uma geração e lançou a França em seu antigo marasmo, enquanto a atividade produtiva na Inglaterra continuava sendo protegida por sua constituição (List, 1983, p. 54).

Por volta de 1750, as doutrinas fisiocratas estavam em plena floração e seus divulgadores passaram a ser conhecidos como “os economistas”. A economia francesa ainda era essencialmente agrícola e sobre a população rural pesava elevada carga tributária; não havia liberdade para a livre circulação de mercadorias entre as províncias e com o exterior. O dirigismo estatal sufocava a livre iniciativa. “Os economistas” acreditavam que a verdadeira riqueza estava na agricultura. Seu desenvolvimento dependia de liberdade e de “bons preços”. A liberdade do comércio de grãos permitiria aos agricultores vender suas colheitas com *bom preço* e investir os lucros em explorações mais modernas e produtivas (Poirier, 1999, p. 73).

O desenvolvimento da indústria ficava, portanto, limitado pelo baixo nível de renda agrícola e pelos entraves ao livre comércio, que enfrentava os elevados custos de transportes. O excessivo dirigismo estatal, as políticas econômicas errôneas (altos impostos, altas taxas de juros, excessiva regulamentação, proibições de circulação de mercadorias) e os privilégios concedidos ao clero e à nobreza dificultavam o desenvolvimento econômico, o que acabou provocando a eclosão da Revolução Francesa (1789-1799). Nesse período, houve relativo liberalismo, quando se procurou exportar vinhos para a Inglaterra, em troca de manufaturas mais baratas e de melhor qualidade. Tendo em vista as dificuldades financeiras do estado revolucionário, as terras do clero foram confiscadas e postas à venda. A emissão de títulos para a compra de bens da Igreja produziu elevadas taxas de inflação. A Assembléia Nacional, sob a liderança de Condorcet, iniciou uma reforma do sistema educacional fundamentada no ensino da matemática. A idéia era eliminar a influência excessiva da metafísica no ensino e estimular o raciocínio dos alunos.

1.1.1 Imperialismo, reformas e crescimento econômico

As dificuldades políticas, a prática do terror revolucionário e a difícil situação da economia francesa facilitaram o acesso de Napoleão ao poder. De imediato, ele incentivou a indústria e a agricultura e organizou o quadro institucional. O controle financeiro foi aperfeiçoado, através da estabilização da moeda e a criação do Banco da França. A educação passou para o controle público,

com as universidades sendo restabelecidas no exercício de suas funções. O imperador promulgou um novo código civil, que manteve as conquistas da Revolução: supressão da nobreza, igualdade perante a lei, liberdade pessoal e de trabalho. A conquista de praticamente toda a Europa continental, excluindo a Rússia, expandiu os mercados externos para os produtos franceses, o que estimulou a sua industrialização.

No plano interno, contudo, a situação política francesa continuava conturbada, o que levou à Revolução de 1830. Esta revolução consolidou a vitória da burguesia na França e aclamou Luís Felipe, de formação liberal, novo rei da França (1830-1848). A industrialização em marcha aumentava as populações urbanas, que, no entanto, viviam em condições precárias e sujeitas ao desemprego. O Governo não intervinha nas negociações trabalhistas, o que provocou o surgimento de uma reação socialista e a proclamação da República em 1848. Nesse ano, Carlos Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, foi eleito Presidente da República, exercendo um governo central forte. O novo governo reduziu as horas de trabalho e adotou medidas de combate ao desemprego. Nesse período, as estradas de ferro, iniciadas por Luís Felipe, foram triplicadas em extensão; instituições de crédito foram fundadas e o comércio exterior estimulado.

A produção de aço cresceu em torno de 10% ao ano após 1866, quando se começou a fabricar trilhos de aço, em substituição ao de ferro. A industrialização da França efetivou-se com extraordinário crescimento das ferrovias. Entre 1845/1854, foram construídos 1.987 km de linhas férreas; no decênio seguinte, passou-se a 6.196 km e a 10.100 km entre 1895/1904. Esse ritmo reduziu-se para 5.934, entre 1905/1913, e as extensões ainda menores nos anos seguintes, em razão da consolidação da rede ferroviária francesa (Niveau, 1969, p. 73).

Em 1852, Napoleão III deu início ao Segundo Império.² Durante seu governo, o setor financeiro cresceu consideravelmente; a cidade de Paris foi reurbanizada, com a abertura das grandes avenidas (*boulevards*), e em 1855 a França foi reconhecida internacionalmente como um país industrializado. Posteriormente, no entanto, na tentativa de ampliar sua influência externa, a França obteve sucessos e derrotas. Em 1870, sob a liderança de Bismarck, a Prússia venceu a guerra com a França, que estava despreparada militarmente. Com a derrota, a Terceira República foi proclamada (1870-1945). A grande capacidade de recuperação da economia francesa, no entanto, permitiu o pagamento das reparações de guerra em dois anos; em seguida, a França iniciou uma ofensiva colonialista na África e na Ásia, o que estimulou suas exportações, a industrialização e o desenvolvimento do setor de mercado interno.

A industrialização e o desenvolvimento da França derivaram de um lento processo de transformação de técnicas e de estruturas econômicas, não se podendo rigorosamente falar que tenha havido nesse país uma “Revolução Industrial”, como na Inglaterra, capaz de promover o arranco *à la* Rostow (ver Cap. 11). Houve, na verdade, três períodos de crescimento rápido: o primeiro teve início logo após a Revolução Francesa (1796-1844); o segundo ocorreu entre 1855-1884 e o terceiro iniciou-se em 1895 e terminou em 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial (Niveau, 1969, p. 39).

² Napoleão II (1811-1832), filho de Napoleão I, foi proclamado Rei de Roma ao nascer; morreu no exílio de tuberculose.

As precondições para a decolagem da economia francesa tiveram início na Revolução Francesa, que acabou com o regime feudal e com as corporações de ofício, que imobilizavam a livre iniciativa. Foram abolidas as barreiras à livre circulação de mercadorias e de pessoas entre províncias, formando um mercado interno único, protegido, todavia, da concorrência externa por tarifas alfandegárias. Ainda no quadro institucional, é digno de nota a fundação da Escola Politécnica e a Escola de Minas, os Institutos de Pesquisa (química, botânica, biologia...) e a Escola de Artes e Manufaturas, que passaram a formar pessoal de nível superior para as atividades produtivas. Entre os fatores desfavoráveis ao desenvolvimento francês, podem ser citados o lento crescimento demográfico, a insuficiência de recursos naturais, o baixo nível de poupança interna e os direitos alfandegários elevados, encarecendo o carvão e o aço importados pela indústria (Niveau, 1969, p. 67).

O crescimento demográfico pouco acentuado não teria influenciado o crescimento econômico. Outros fatores favoráveis teriam sido as transformações da agricultura, as inovações tecnológicas, o surgimento de setores líderes e o desenvolvimento dos meios de transporte, sobretudo das ferrovias. As transformações na agricultura foram influenciadas pelo exemplo inglês: utilização de forragens para alimentação animal; abolição dos direitos de pastorear o gado em pastos comuns; melhoria dos métodos de criação de animais e aumento artificial da fertilidade dos solos. A produtividade também se elevou pela redução do custo do adubo e pela utilização de ferramentas mais aperfeiçoadas (Niveau, 1969, p. 48-49).

A indústria tomou impulso com o desenvolvimento do ramo têxtil e da siderurgia. No caso da primeira atividade, muito contribuiu a vinda de empreendedores e operários ingleses, que recebiam incentivos do governo francês desde o início do século 19. Da mesma forma, no que diz respeito à indústria siderúrgica, a influência inglesa foi substancial através da imigração. No entanto, a insuficiência do abastecimento de carvão, a excessiva proteção alfandegária e a especialização insuficiente da mão-de-obra foram os principais fatores a inibir o desenvolvimento econômico francês na primeira metade do século 19 (Niveau, 1969, p. 59).

Enquanto nos EUA e Canadá a taxa de crescimento econômico foi de 4,3% e 3,8%, respectivamente, entre 1870/1913, a França cresceu apenas 1,6% nesse mesmo período (Tabela 1). Entretanto, esse ritmo de crescimento econômico foi suficiente para promover a industrialização da economia francesa, que se consolidou com a expansão das ferrovias e de atividades interligadas e vinculadas basicamente ao setor de mercado interno. O menor desempenho da economia francesa refletiu-se no exército mal equipado e despreparado taticamente durante a Primeira Guerra Mundial.³ A vitória francesa ocorreu em 1918, pela recuperação das forças francesas e ajuda dos aliados. No conflito, morreram 1.400 mil soldados franceses e as despesas com a guerra montaram a 150 bilhões de francos (Mirador, 1995, p. 4875). As reparações de guerra, no entanto, não cobriram os custos e a

³ Esse conflito resultou da expansão colonial alemã, que não respeitava os tratados existentes e que inquietava as potências européias. A guerra foi precipitada pelo assassinato do arquiduque Francisco Fernando de Habsburgo, herdeiro do trono austríaco.

França saiu da Guerra com prejuízos de bilhões de francos.⁴

Tabela 1 *Taxa média de crescimento anual da produção e das exportações de países e períodos selecionados (%)*.

países	Produção				Exportações		
	1870/1913 ^a	1965/1980 ^b	1980/1990 ^b	1990/1999 ^b	1965/1980	1980/1990	1990/1999
Alemanha ^c	2,9	3,3	2,2	1,5	7,2	..	4,1
Austrália	..	4,0	3,4	3,8	5,5	6,9	7,9
Canadá	3,8	5,1	3,3	2,3	5,4	6,3	8,8
Dinamarca	3,2	2,7	2,3	2,8	5,4	4,3	3,8
Espanha	..	4,6	3,0	2,2	12,4	5,7	10,9
EUA	4,3	2,7	3,0	3,4	6,4	4,7	9,3
França	1,6	4,0	2,3	1,7	8,5	3,7	4,9
Itália	1,4	4,3	2,4	1,2	7,7	4,1	7,2
Japão	..	6,5	4,0	1,4	11,4	4,5	5,1
Nova Zelândia	..	2,4	1,7	2,9	4,2	4,0	5,4
Portugal	..	5,3	3,1	2,5	3,4	8,7	5,6
Reino Unido	2,2	2,4	3,2	2,2	4,8	3,9	6,0

Fontes: Maddison, apud Niveau (1969, p. 74) e Banco Mundial (1990, 1995 e 2003).

Notas: ^a Não informado o conceito utilizado; ^b PIB; ^c Excetuando o período de 1870/1913, os dados referem-se à República Federal da Alemanha.

De outra parte, o Congresso norte-americano não ratificou o Tratado de Versalhes e os EUA efetuaram um acordo separadamente com a Alemanha. Além da retirada do apoio anglo-americano mais amplo à França, a Liga das Nações não fornecia as garantias de que o país necessitava. Seguiu-se um período de profundas agitações políticas entre comunistas, socialistas e radicais, com grande instabilidade econômica e militar. A Grande Depressão Mundial agravou ainda mais a crise vivida pela França, que adotava uma política externa que levaria o país a uma situação catastrófica. O governo francês rejeitou a aproximação com a Alemanha, que apresentava grande expansão econômica, tecnológica e militar. Pelo contrário, procurou aliar-se à Europa Central e à União Soviética, apoiando seu ingresso na Sociedade das Nações.

A Segunda Guerra Mundial eclodiu quando a França e o Reino Unido declararam guerra à Alemanha, após ela ter invadido a Polônia em setembro de 1939. No ano seguinte, a França foi invadida e ocupada pelos alemães. A desocupação somente ocorreu em 1944 com o desembarque das forças aliadas na Normandia. No fim desse ano, o General de Gaulle formou o governo provisório e iniciou a reconstrução do país.

1.1.2 Plano Marshall e planejamento econômico

Terminada a Segunda Guerra Mundial, com a ajuda do Plano Marshall, a França programou sua recuperação econômica, mediante o desenvolvimento da infra-estrutura e de setores básicos. Entre 1945 e 1950, o I Plano Nacional de Desenvolvimento limitou-se a programas de investimentos em seis setores fundamentais: carvão, eletricidade, cimento, aço, máquinas agrícolas e transportes,

⁴ As reparações alemãs cobriam apenas os prejuízos causados aos civis e as restituições compreendiam apenas a recuperação das províncias da Alsace e da Lorena.

além da reestruturação do sistema financeiro. Esse plano aumentou a produção de energia em 12,6 bilhões de quilowatts-hora; no período do plano, a capacidade das refinarias de petróleo aumentou 60%. A eletrificação das ferrovias foi ampliada, iniciando-se a produção de energia atômica. Os dois planos seguintes (1950/1955 e 1955/1960) continuaram com os investimentos estatais, mas procurou-se revitalizar o setor privado. A formação do Mercado Comum europeu, a partir de 1958, englobando inicialmente França, República Federal da Alemanha, Itália, Bélgica, países Baixos e Luxemburgo (Grupo dos Seis), exigia que se aumentasse a produtividade da indústria e da agricultura, tendo em vista a maior concorrência externa (Miranda e Mathieu, 1989, p. 123).

Na década de 1960, a reestruturação industrial e o aumento da escala das firmas pela integração, reduzindo os custos médios de produção, constituíram outro fator de aceleração do desenvolvimento do Grupo dos Seis. A integração espacial, decorrente da eliminação gradativa das barreiras à livre circulação de mercadorias e dos fatores de produção, no interior desse grupo, ampliavam-se no contexto de uma rede urbana de transportes bastante densa. O aumento do fluxo de trocas elevava as rendas, o que favorecia o comércio, os serviços e a própria industrialização. O período de 1945 a 1973 foi considerado como os anos dourados da economia francesa, quando ela cresceu em torno de 5% ao ano, em média. Os choques do petróleo de 1973 e de 1979 interromperam essa fase áurea, marcada pelo planejamento governamental e pela intervenção direta do Estado na economia. Ocorreram déficits na balança comercial em todos os anos entre 1979 e 1985, que atingiram US\$ 2,1 bilhões em 1979, US\$ 15,5 bilhões em 1982 e US\$ 5,4 em 1985 (Miranda e Mathieu, 1989, p. 113).

A economia francesa tem revelado uma grande vulnerabilidade em relação ao setor externo. Como nos anos de 1970, entre 1980 e 1993 as exportações francesas continuaram crescendo menos do que as importações (4,5% e 4,8%). Entre 1970 e 1993, a França reduziu sua dependência em relação aos combustíveis importados (12% para 9% do total importado), de alimentos (15% para 11%), de outros produtos primários (15% para 5%), mas aumentou sua dependência em relação à importação de máquinas e equipamentos de transporte (25% para 34%) e de outros produtos manufaturados (33% para 41%). Em relação às exportações, aumentou no período a participação de máquinas e equipamentos de transporte (33% para 38%), mas caiu a participação de outras manufaturas nas exportações totais (42% para 40%). Em decorrência, sobretudo, da crise energética e da redução do ritmo das exportações, a taxa de crescimento do produto nacional bruto francês reduziu-se de 3,2%, entre 1970 e 1980, para 2,1% entre 1980 e 1993 (Banco Mundial, 1995, p. 183).

Considerando o período de 1965 a 1980, a taxa média anual de crescimento da economia francesa foi de 4%, no mesmo nível da Austrália e superior ao desempenho de países como Alemanha, Dinamarca, EUA, Nova Zelândia e Reino Unido. Entre os países da Tabela 1, a taxa anual de crescimento das exportações francesas, nesse período, igual a 8,5%, somente foi inferior à da Espanha (12,4%) e Japão (11,4%), o que explica seu crescimento econômico relativamente alto. Em 1999, a França apresentava-se como a quarta economia mundial, com um PNB de US\$ 1,43 trilhões, logo atrás dos EUA, Japão e Alemanha (Tabela 2.1 de Souza, 2005).

Atualmente, além da região parisiense, centro cultural, artístico e universitário, sediando

indústrias leves de alto valor adicionado, a indústria francesa de um modo geral encontra-se relativamente dispersa em diferentes regiões, como em Lyon, cuja aglomeração possui aproximadamente 1.200 mil habitantes (indústrias: metalúrgica, mecânica, têxtil, petroquímica, automobilística); em Marselha, no litoral do Mediterrâneo, com cerca de um milhão de habitantes (refinarias de petróleo, óleos comestíveis, construção naval); em Lille, com um milhão de habitantes (têxteis, mecânica, material elétrico); em Toulouse (750 mil habitantes), importante centro de indústrias aeronáuticas, espaciais, químicas e farmacêuticas, bem como em diferentes locais, em cidades menores e mesmo à proximidade da zona rural (indústria da alimentação, por exemplo).

O produto interno bruto francês cresceu 1,2% em 2002 e apenas 0,2% em 2003. O consumo das famílias foi positivo nesses dois anos (1,4% e 1,6%), acompanhado de queda dos investimentos privados (-2,8% e -1,8%) e redução das exportações em 2003 (-1,6%), sendo que no ano anterior elas haviam crescido 1,3%. Projeta-se crescimento do PIB de 1,7% para 2004, puxado pelas exportações (5,4%) e pelo investimento privado (1,9%). O grande desafio da França será ajustar-se aos critérios do Tratado de Maastricht:⁵ a) o déficit público cresceu de 3,1% do PIB, em 2002, para 4% do PIB, em 2003, projetando-se o nível de 3,6% do PIB para 2004; b) a dívida pública também cresceu, passando de 59% do PIB em 2002, para 61,4% do PIB em 2003, com previsão de aumento para 2004: 62,8% do PIB (www.francetresor.gouv.fr/oat/fr/info56b/html).

O aumento dos gastos públicos reduziu a taxa de desemprego de 12,2% em março de 1997, para 9,6% em janeiro de 2004. Apesar da redução dessa taxa, em 2003, a economia francesa destruiu 30.000 empregos. Isso é uma tendência das economias modernas, o que gera o eterno conflito entre criar novos empregos e manter a estabilidade econômica. A França continua como a quarta economia mundial e a quarta economia com maior volume de exportações, assegurando à população elevados níveis de qualidade de vida.

1.2 Desenvolvimento da Alemanha

Uma das dificuldades para o desenvolvimento de muitos países da Europa foi a pequena dimensão do mercado interno. No final do século 19, o território da Alemanha encontrava-se fragmentado em regiões autônomas. A unificação política era tão precária, justificando a expressão “as Alemanhas”, o que incluía até 1866 a própria Áustria. Até então, era impossível estabelecer as fronteiras da Alemanha, cuja fragmentação implicava a existência de 1500 soberanos, com 80 territórios de dimensões inferiores a 20 mil km². O povo alemão, no entanto, deu grande contribuição para o desenvolvimento das trocas desde 1367 a partir das cidades do sul, como Augsburg e Nuremberg, destacando-se o comércio de metais e a cunhagem de moedas. Em 1455, o alemão Gutenberg imprimiu o primeiro livro, a *Bíblia*. Martin Lutero (1483-1546), com a sua Reforma

⁵ O Tratado de Maastricht, que viabilizou a criação do euro, tende a consolidar a União Européia (UE), mas impôs aos países-membros a adoção de políticas econômicas de maior austeridade: tetos de 3% do PIB para o déficit público e de 60% do PIB para a dívida pública. A vitória do Partido Socialista, em 1997, levou a França a adiar sua adesão a esses critérios de convergência, alegando problemas com o desemprego.

Protestante, deu à língua alemã uma unidade e a sua forma definitiva.

O ducado da Prússia assumiu a partir do século 17 a condição de líder da civilização germânica, quando passou a anexar condados vizinhos. Desenvolveu-se uma atividade manufatureira, como ferramentas, armas e tecidos. A atividade industrial da Prússia foi aniquilada pela Guerra dos Trinta Anos com a França (1618-1648). Ela ressurgiu com vigor através dos protestantes banidos da França pela revogação do Édito de Nantes (1685), quando os calvinistas passaram a ser perseguidos; entre eles, incluíam-se funcionários públicos, artesãos, intelectuais e homens de negócio. Esses imigrantes chegaram a constituir, por volta de 1700, cerca de 1/3 da população de Berlim. Eles trouxeram suas indústrias e técnicas de cultivo do solo, desenvolvendo culturas, como batatas, cereais, forrageiras para alimentação animal, criação de gado e produção de lã.

Na Prússia, havia alguma proteção alfandegária, ao contrário de outros Estados de língua alemã, que sofriam a concorrência de manufaturas estrangeiras (List, 1983, p. 63). Outras medidas de estímulo à atividade industrial foram adotadas em 1742. A partir de 1750, a Prússia passou a ser considerada uma grande potência européia, graças também a uma aliança com a França e, mais tarde, com a Inglaterra. No plano interno, colonizou suas diversas regiões, abriu estradas e canais e estimulou a produção agrícola. Entre 1806 e 1812, a Prússia e os povos germânicos em seu conjunto estiveram sob o domínio francês. Contudo, a legislação napoleônica foi favorável às trocas e à atividade produtiva e provocou o rompimento das estruturas feudais existentes. As reformas surgiram com o objetivo de construir uma grande nação, por meio da eliminação dos obstáculos ao comércio e ao exercício profissional. As idéias floresciam em torno da Universidade de Berlim, fundada em 1810 (Niveau, 1969, p. 103).

Em 1815, os alemães e seus aliados venceram os franceses em Waterloo. Nesse ano, no Congresso de Viena, surgiu a Confederação Germânica, uma coligação de senhores feudais sem unidade, sob a chefia da Áustria; ela contava com 35 estados e quatro cidades livres, destacando-se os reinos da Prússia, Saxônia, Hannover, Baviera e Württemberg, sendo Frankfurt a capital. Nessa época, cresciam as correntes opostas, liberais e nacionalistas. A primeira lutava contra os feudos locais, por meio das universidades e da literatura. A segunda desejava o fortalecimento da Prússia, para que liderasse a nação alemã (Lafue, 1960, p. 1218).

1.2.1 A integração econômica interna

As aspirações industrializantes da corrente nacionalista foram influenciadas pelas idéias de liberdade da Revolução Francesa, bem como pelas transformações econômicas geradas pela Revolução Industrial Inglesa. Foi nesse contexto que o economista Friedrich List (1789-1846), professor em Tübingen, passou a liderar uma associação de empresários alemães vinculados ao comércio e à indústria, que desejavam formar uma união aduaneira entre todos os estados da Alemanha (o *Zollverein*). Apesar da oposição oficial, pequenos feudos conseguiram organizar-se em uma união comercial, entre 1828 e 1929. Em 1834, sob a liderança da Prússia, o *Zollverein* formou

uma união alfandegária, unindo 18 estados e 23 milhões de habitantes. Eliminaram-se as barreiras comerciais entre esses estados, permitindo a livre circulação de homens e capitais, sendo criadas taxas relativamente elevadas para produtos estrangeiros (Niveau, 1969, p. 104).

A integração espacial interna da Alemanha completava-se, sob a inspiração de List, com a construção de ferrovias, iniciada entre 1835 e 1839. Após a implantação do *Zollverein*, a economia alemã cresceu rapidamente e as transformações econômicas consolidaram a consciência nacional. A Revolução Francesa de 1848 influenciou a luta interna pela reunificação alemã e medidas liberais foram adotadas pelo governo. A idéia era eliminar a influência da Áustria e anexar os principados existentes no interior da Alemanha. Com o desenvolvimento das ferrovias, o país obteve o *arranco* para o desenvolvimento auto-sustentado. Cresceu a produção de carvão, aço e equipamentos ferroviários, ao mesmo tempo em que a redução dos custos de transporte ampliava os mercados, tanto no interior da Alemanha, como em direção de outros países europeus. Contribuíram também para a industrialização alemã, durante o período da decolagem (1830-1860), a construção naval, a importação de tecnologia e de capitais da Inglaterra e França, bem como a existência em solo alemão de carvão e de outros recursos minerais (Niveau, 1969, p. 109).

O progresso econômico incentivava a integração espacial e política. As vias de comunicação possibilitavam a exploração de novas fontes de riqueza. Em 1860, a produção alemã de carvão superou a da França e a produção siderúrgica se ampliava. Banqueiros e industriais se uniram em favor da integração política e territorial. A implantação das ferrovias unia as fontes de matérias-primas aos mercados consumidores, ao mesmo tempo em que dinamizava a siderurgia e as indústrias mecânicas utilizadoras de ferro e aço. Simultaneamente, expandia-se o comércio interno e o setor bancário alemão. Capitais privados adicionavam-se aos capitais públicos para novos empreendimentos. Apesar desse crescimento econômico acelerado, as tentativas de unificação política vinham fracassando pela forte oposição da Áustria. Esse país lutou contra a unificação italiana e sua derrota favoreceu a liderança da Prússia dentro da Confederação Alemã, com o surgimento de um novo líder, Otto von Bismarck.

A Prússia, que vinha se preparando militarmente para enfrentar a Áustria, aliou-se à Itália e venceu o seu antigo rival, em 1866, quando acabou a Confederação Germânica. Por essa época, a França desejava comprar o condado de Luxemburgo da Holanda, mas que pertencia ao *Zollverein* desde 1842. Bismarck não concordou, o que gerou uma crise. Luxemburgo foi declarado neutro pelo Tratado de Londres. Novos desentendimentos levaram os franceses a declarar guerra à Prússia, em 1870. O exército prussiano, melhor preparado, ocupou Paris em 1871. Como resultado, a França perdeu para os alemães as regiões da Alsácia e parte da Lorena. Ao vencer a França, a Alemanha já se apresentava como um importante país industrializado e uma potência européia.

A industrialização alemã, como a francesa, beneficiou-se da Revolução Industrial inglesa, por meio da importação de máquinas e técnicos ingleses, que acabaram repassando tecnologia. Operários ingleses, franceses e belgas fizeram funcionar os primeiros altos-fornos no Vale do Ruhr. Os alemães também receberam capitais de outros países da Europa para a exploração de suas minas de carvão e para a produção siderúrgica. A rápida industrialização foi acompanhada por uma legislação social,

que garantia seguro contra doença, invalidez e renda para os idosos. A educação pública foi nacionalizada em 1872 e tornada gratuita em 1888. A colonização de Togo e Camarões, em 1884, ajudou a suprir a indústria germânica com matérias-primas e a consumir seus bens manufaturados.

Entre 1870/1910, após a unificação alemã, foram multiplicadas por dez as produções de ferro-gusa, aço e carvão e triplicada a malha ferroviária. Em 1910, as ferrovias implantadas montavam a 61 mil km, contra 49,5 mil para a França e 38 mil para o Reino Unido (Niveau, 1969, p. 108). A intensa exploração dos recursos produtivos das regiões Sarre, Ruhr, Silésia e Alsácia-Lorena, assim como o grande crescimento da população, que passou de 41 milhões em 1871, para 65 milhões em 1910, proporcionavam à Alemanha uma posição de grande destaque no cenário mundial.

Entre os fatores do crescimento econômico alemão, desse período, podem ser destacados: (a) a constituição e a integração do mercado interno; (b) a importação de tecnologia; (c) o extraordinário crescimento das exportações, sobretudo nas primeiras décadas do século 20; (d) a firme política protecionista contra a concorrência estrangeira; e (e) o desenvolvimento de canais e ferrovias, interligando a Alemanha com os demais países da Europa e do Oriente. Entre 1872/1875 e 1909/1913, as exportações alemãs cresceram 250%, contra 85% para o Reino Unido e 68% para a França (Mirador, 1995, v. 2, p. 315).

A construção da ferrovia Berlim-Bagdá não foi bem aceita pelos ingleses, cuja rivalidade aumentava à medida que os alemães ampliavam sua influência na África, formando colônias. A construção de canais internos, por motivos militares, melhorou a rede fluvial e reduziu os custos de transporte. Da mesma forma, o transporte marítimo ampliava-se com o aumento de número de rotas. Em 1913, a tonelagem mercante era 490 vezes superior a de 1870 (Mirador, 1995, p. 316).

1.2.2 As duas guerras mundiais e a reconstrução

O bloqueio econômico provocado pela Primeira Guerra Mundial levou os alemães a substituir matérias-primas importadas, a racionar produtos e a controlar preços. Terminada a Guerra, a Alemanha perdeu territórios na Europa e suas colônias, devendo ainda pagar elevadas reparações de guerra. Internamente, reforçaram-se as tendências nacionalistas de direita, em oposição ao radicalismo de esquerda. Em 1923, ocorreu na Alemanha uma hiperinflação: em janeiro, um dólar equivalia a 18 mil marcos; em 15 de novembro, a cotação era de um por 4,2 trilhões de marcos (Flamant, 1973, p. 32). Devido às dificuldades econômicas, percebeu-se que a Alemanha não poderia pagar tais reparações. Em 1924, o país recebeu um empréstimo externo para iniciar a recuperação industrial. A partir daí, aumentou o afluxo de capitais internacionais, sobretudo da Inglaterra e dos EUA, iniciando um período de rápido crescimento econômico (Niveau, 1969, p. 217).

Em 1931, para melhorar sua posição competitiva no exterior, o governo alemão aplicou um corte linear de preços e salários e impôs licenças de importação e restrições à saída de capitais e realizou acordos bilaterais. Essas medidas, no entanto, não foram suficientes para enfrentar a concorrência da Inglaterra, que havia desvalorizado sua moeda em 30%. Essa política levou Hitler ao poder, em 1933, como chanceler. Com a recessão, o governo nazista adotou, em 1933, medidas de

efeitos contrários e o desemprego reduziu-se de seis milhões de pessoas em janeiro desse ano para 2,6 milhões em fins de 1934. Enquanto os salários permaneceram congelados, pela supressão dos sindicatos, o capital industrial foi subsidiado, sobretudo para a construção de armamentos e aviões de guerra (Niveau, 1969, p. 248).

Hitler iniciou uma propaganda política com base na luta contra os comunistas. Suprimiu os partidos políticos e expurgou os opositores. Em 1934, passou a acumular as funções de presidente da república, reforçando o militarismo e colocando a economia sob a direção do Estado. A partir de 1936, adotou dois planos quadrienais e a economia de guerra eliminou o desemprego no país. A Segunda Guerra Mundial iniciou-se com a Alemanha anexando a Áustria, em 1938. Ela continuou com a ocupação da Tchecoslováquia em 1939, com manobras agressivas contra Polônia, França e Reino Unido, e com o ataque à União Soviética em 1941, apesar da existência de um pacto de não-agressão. A Segunda Guerra Mundial terminou em maio de 1945, estando a economia alemã praticamente destruída e submissa incondicionalmente aos Aliados.

Com a ocupação da Alemanha pelos principais países aliados (EUA, Inglaterra e França) e pela União Soviética, a Alemanha dividiu-se em duas: República Federal da Alemanha (RFA), sob ocupação aliada; e República Democrática da Alemanha (RDA), sob domínio soviético. A crescente rivalidade entre os EUA e a União Soviética deu início à Guerra Fria, a partir de 1948, o que gerou o Plano Marshall; esse plano trouxe grandes aportes de capitais de empréstimo e a fundo perdido para a recuperação da Europa, parcialmente destruída pela Guerra. O objetivo era evitar o avanço do comunismo em direção do Ocidente. Em função dessa ajuda e da reforma monetária colocada em curso, a produção industrial da Alemanha Ocidental subiu no segundo semestre de 1948, de 45% para 75% em relação aos níveis de 1936, sendo que a produção de aço duplicou entre janeiro e dezembro desse mesmo ano (Mirador, 1995, p. 319).

A infra-estrutura econômica alemã tinha sido destruída pela Guerra e havia elevados níveis de desemprego e desnutrição. Apesar da opção pela economia de mercado, o governo alemão agiu diretamente na reimplantação da infra-estrutura, na educação, na ajuda social e no reerguimento de atividades básicas, como aço, cimento, alimentos, transportes, comunicações, construção civil. Medidas fiscais procuraram incentivar o investimento, restringindo o consumo, como depreciação acelerada, crédito com baixas taxas de juros para as empresas e promoção de exportações. Outras medidas importantes para o crescimento econômico posterior foram o controle severo da inflação e a neutralização de grupos internos de interesse, contrários à política do Governo. A Alemanha cresceu 9,5% ao ano em média entre 1950/1955 e 6,3% entre 1955/1960, com taxas decrescentes do desemprego (7,5% para 3%) e da inflação (1,9% para 1,8%) (Wolter, 1984, p. 97-98).

No final dos anos de 1950, cinco milhões de novos empregos haviam sido criados. A Alemanha abriu-se ao capital estrangeiro, recebendo inúmeras multinacionais, que contribuíram decisivamente para a consolidação de seu parque industrial. O crescimento econômico apresentou taxas decrescentes nos períodos seguintes: 5% (1960/1965), 4,2% (1965/1970) e 0,2% (1979/1983). O desemprego chegou a 1% entre 1970/1973, mas subiu para 4,1% (1973/1979) e 6,7% (1979/1983). A inflação de 2,3% ao ano entre 1965/1970, atingiu 4,9% entre 1979/1983 (Wolter, 1984, p. 97).

No início dos anos de 1980, o grande problema da Alemanha Ocidental era reduzir o desemprego, que atingia 2,3 milhões de pessoas. Na Alemanha Oriental as dificuldades econômicas eram ainda muito maiores: escassez de alimentos, queda do produto global, escassez crônica de divisas, que impediam a importação de insumos e alimentos, e baixo nível de renda. A retirada das trocas soviéticas em 1979 e a insatisfação geral da população minaram o governo comunista. A derrubada do Muro de Berlim, em 1989, provocou a fuga em massa de populações do lado oriental, ajudou a dismantelar o regime comunista e acelerou a reunificação das duas alemanhas, após 40 anos de separação. Em fevereiro de 1990, o Banco Central alemão assumiu a gestão econômica da Alemanha Oriental, o que implicou a unificação monetária, e a 3 de outubro desse mesmo ano as duas alemanhas tornaram-se um único país.

Já em 1991, os alemães ocidentais foram obrigados a pagar mais impostos, para financiar a recuperação da economia do lado oriental. O desemprego aumentou e recrudesceu o terrorismo, tanto por parte dos extremistas de esquerda, como pelos de direita (neonazistas), em repúdio aos seis milhões de estrangeiros residentes no país. Desde 1980, a desaceleração das exportações implicou crescimento econômico mais lento. Em 1999, contudo, a Alemanha unificada apresentava-se como a terceira maior economia do planeta, com um PNB de US\$ 2,079 trilhões. Entre 1998/1999, tanto o PNB total, como o PIB *per capita* e o valor adicionado pela indústria cresceram 1,2% ao ano (Tabela 2.1 de Souza, 2005).

Em 1998, a Alemanha exportou US\$ 623,4 e importou US\$ 587,4, gerando um superávit comercial de US\$ 36 bilhões (Banco Mundial, 2003, p. 312). As indústrias alemãs são voltadas para o mercado externo. A maior parte delas desenvolveu-se a partir das reservas de carvão coque da bacia do Ruhr, principalmente a indústria siderúrgica, que originou as indústrias mecânica e automobilística. As principais exportações são, basicamente, de automóveis e de produtos diversos de alta precisão e tecnologia. O adiamento de exportações, em função da Guerra do Iraque, teria afetado o crescimento do PIB em 2003 (-0,1%), que já vinha se desacelerando desde 2001 (0,8%) e 2002 (0,2%). Em 2003, foi a segunda vez que a economia alemã encolheu após a reunificação das duas alemanhas (em 1993, o PIB alemão havia caído 1,1%).

As exportações alemãs cresceram 1,1% em 2003, contra 2% para as importações, o que gerou déficit comercial. Há que registrar também o lento crescimento do consumo interno, de 0,2% em 2003, contra 1% no ano anterior. Para 2004, os alemães projetam reduzir os impostos em 7,8 bilhões de euros, a fim de estimular a demanda interna. Isso terá repercussões no aumento do déficit público, igual a 4% do PIB em 2003. Este foi o terceiro ano consecutivo que a Alemanha feriu o Pacto de Estabilidade do euro, uma vez que o limite previsto para o déficit público é de 3% do PIB (www.dw-world.de/brazil/0,3367,7165_A_1090176,00.html).

2 - Desenvolvimento da Itália, Espanha e Portugal

2.1 Desenvolvimento da Itália

O desenvolvimento da Itália é recente e se deve, em parte, a sua inserção no Mercado Comum europeu. O Renascimento e as grandes rotas comerciais contribuíram para o crescimento das cidades italianas. Entretanto, a existência de feudos independentes dificultava o crescimento econômico em pleno século 19. No passado, as regiões italianas eram pouco povoadas e caracterizadas por imensos domínios eclesiásticos. O comércio interno precário movimentava produtos, como óleos, vinhos, sal e outros manufaturados. A conquista da Sicília pelos normandos favoreceu o comércio internacional: genoveses, pisanos e venezianos estenderam seu comércio com a África e o Oriente.

A partir do século 11, o comércio externo intensificou-se com as Cruzadas, o que beneficiou várias cidades italianas. Apesar do desmembramento das propriedades eclesiásticas, a influência política dos bispos era muito grande. O imperador compartilhava o poder com o Papa. Por outro lado, havia grande fragmentação política entre as regiões italianas. No sul, a pobreza do solo agravava os problemas sociais; a luta entre a burguesia e a pequena nobreza impedia o desenvolvimento econômico, sendo o comércio dominado pelos toscanos. A riqueza concentrava-se nas mãos de poucas famílias, que procuravam destruir as ações econômicas e políticas das famílias rivais.

O domínio da Itália pela Espanha a partir do século 16 provocou retrocesso econômico pelo aumento da carga fiscal e supressão das liberdades. O comércio internacional das cidades italianas, de outra parte, sofreu um grande colapso pelo deslocamento das rotas de comércio do Mediterrâneo para o Atlântico. Veneza continuou mantendo relativo dinamismo, pela manutenção do comércio com o Oriente; ainda havia importantes trocas entre as cidades do sul da Alemanha e as cidades do norte da Itália. No século 17, no entanto, o desenvolvimento manufatureiro da França e de outros países desacelerou gradativamente o comércio com os italianos, acentuando sua decadência.

Com a ajuda francesa, os espanhóis foram rechaçados da Itália no início do século 18, mas a influência francesa acentuou-se. A supressão do comércio com a Espanha afetou a economia italiana. Intensificava-se a influência da Inglaterra, que importava lã e exportava suas manufaturas para a Itália. A Áustria também fazia suas incursões em solo italiano, cujo norte passou a ser disputado por austríacos, espanhóis e franceses. A população italiana atingia 15,5 milhões de habitantes por volta de 1750; na agricultura, predominavam os latifúndios civis e eclesiásticos, administrados por arrendatários e cultivados por camponeses pobres. Os proprietários viviam nas cortes, sustentados pelas rendas agrárias. Tanto as populações urbanas como as rurais eram analfabetas, muito pobres e sufocadas pelo catolicismo romano (Mirador, 1995, p. 6291).

No final do século 18 houve o chamado “despotismo esclarecido”. Alguns príncipes introduziram reformas tímidas: redução dos privilégios da nobreza; fim da cobrança de alguns impostos e limitação das prerrogativas da Igreja. A economia beneficiou-se de inovações técnicas e da supressão de barreiras ao livre comércio. Algumas cidades aboliram a escravidão e as corporações de ofício; suprimiram algumas ordens religiosas contemplativas e mendicantes e instituíram o princípio da igualdade fiscal. O comércio de cereais tornou-se livre; abriram-se novas estradas e regiões pantanosas foram recuperadas. Vários conventos foram fechados, os jesuítas expulsos e

proibidas novas aquisições pela Igreja (Mirador, 1995, p. 6291).

2.1.1 Influência francesa

Os ideais da Revolução Francesa de 1789 e a invasão de Napoleão produziram importantes efeitos sobre a Itália. Inicialmente, os reis italianos fizeram oposição a essa revolução, enquanto os intelectuais mostravam entusiasmo. Em 1792, o Piemonte declarou guerra à França e os franceses invadiram e anexaram a Savóia e Nice. Em 1796, Napoleão venceu os austríacos e ocupou o norte da Itália. Sob controle francês, foi criada a República Cisalpina, transformada mais tarde em República Italiana e Reino da Itália (1807) (Orsi, 1899, p. 54). Em 1810, o Reino da Itália foi acrescido de Veneza, Guastalla, Marca e Trentino. Nesse período, os franceses impulsionaram a educação e os trabalhos públicos; editaram uma nova constituição; mandaram abrir novas estradas e incentivaram a agricultura e a indústria. Ao mesmo tempo, aboliram os privilégios e modernizaram a estrutura financeira do Estado. O principal resultado foi a mudança de mentalidade da população italiana e a criação de um sentimento de unidade nacional.

Alguns anos após a queda de Napoleão, a Áustria voltou a dominar a Itália, cuja influência estendeu-se de forma mais intensa também na Alemanha, até meados do século 19. Com os austríacos, estabeleceram-se os privilégios da nobreza, mas as revoltas tornaram-se frequentes e sangrentas. A falta de unidade entre os italianos dificultava a expulsão dos austríacos, sendo necessária a ajuda da França e da Prússia. Os franceses enviaram tropas à Itália, em 1832, onde permaneceram até 1838. Nessa época, Giuseppe Garibaldi lutava pela libertação da Itália, cujo progresso industrial já se mostrava visível no Norte, enquanto o Sul mantinha-se essencialmente agrícola, embora com novos métodos de produção. Lombardia e Veneza eram as regiões mais prósperas da Itália, favorecidas pela administração austríaca eficiente, com ênfase na educação.

A Revolução Francesa de 1848 também influenciou os movimentos de libertação na Europa, particularmente nos reinos italianos. O reino da Sardenha obteve a paz com os austríacos e integrou-se na rede comercial européia. Modernizou a estrutura das empresas e do setor bancário, favorecendo os investimentos nas ferrovias. Em 1860, Savóia e Nice retornaram à França e movimentos revolucionários na Itália Central e no reino de Nápoles, conquistado por Garibaldi, levaram à união dessas regiões com o Piemonte. Em 1861, foi proclamado o reino da Itália, com a capital em Turim, depois em Florença. A pobreza italiana em recursos naturais dificultava o crescimento econômico; a mão-de-obra, embora abundante, era pouco qualificada. Apesar disso, entre 1864 e 1868, foram construídos 5.524 km de ferrovias, com financiamentos externos. Em 1871, a capital italiana foi mudada para Roma; ao Papa foi assegurado o Vaticano e outras propriedades, bem como o direito de soberania (Orsi, 1899, p. 315).

As precondições para o desenvolvimento da Itália surgiram com a unificação das regiões italianas e a realização de tratados com países europeus, incluído o Zollverein. Após 1871, o governo italiano procurou seguir a Inglaterra e a França na condução da economia, modernizando bancos, empresas privadas e cooperativas e implantando rodovias e mais de 5,8 mil km de ferrovias (Orsi,

1899, p. 319). Em 1882, foi assinada a Tríplice Aliança com a Áustria e a Alemanha, ficando a França isolada nesse acordo. No final do século 19, a dívida pública e os altos impostos constituíam os principais obstáculos à melhoria das condições de vida da população. Ao mesmo tempo, a agricultura mantinha-se prejudicada pela concorrência de produtos franceses e alemães, tendo em vista a redução dos custos de transportes.

A partir de 1879, ocorreu importante surto industrial, com a instalação da siderurgia e da indústria da borracha. Giovanni Pirelli instalou em 1872 a primeira fábrica de borracha em Milão. Altos-fornos foram criados em Parma, enquanto a indústria têxtil conseguia tarifas protecionistas em 1878. A indústria pesada aparecia por essa época. Contribuiu também para a expansão econômica o imperialismo italiano, com a fundação de uma colônia penal no litoral africano. Em 1889, a Etiópia passou a ser um protetorado italiano e, em 1890, novas terras foram conquistadas na Abissínia sob o nome de Eritréia. Em 1900, a Itália enviou tropas à China, mas os problemas sociais internos preocupavam. A população italiana atingia 28,5 milhões de pessoas em 1882 e 38,7 milhões em 1911; o crescimento econômico insuficiente e o grande número de desempregados estimulavam a emigração. Na década de 1900 surgiram cooperativas agrícolas, ferrovias, companhias de navegação e os dois túneis dos Alpes suíços, com 19,8 km de extensão (Villat, 1960, p. 1572).

O crescimento econômico italiano ocorreu, no entanto, com profundas desigualdades regionais entre o Norte e Sul. Nos primeiros anos do século 20, predominavam níveis de vida mais elevados no Norte, enquanto o Sul apresentava altas taxas de criminalidade, miséria e analfabetismo, com grandes fluxos de emigração. Enquanto o Norte pagava a maior parte dos impostos arrecadados pelo Governo, seus gastos efetuavam-se predominantemente em favor do Sul, em obras públicas e na agricultura. As dificuldades para o desenvolvimento econômico italiano foram: condições pouco favoráveis para a agricultura (secas no sul e existência de áreas pantanosas em outras regiões); disponibilidade insuficiente de carvão, petróleo e recursos minerais, como ferro e metais não ferrosos (Chardonnet, 1957).

Durante a Primeira Guerra Mundial, os italianos, inicialmente neutros, acabaram entrando em conflito com a Áustria e a Alemanha. Terminada a Guerra, a Itália completou a unificação de seu território e viu destruído o império austro-húngaro, seu tradicional inimigo. O auxílio financeiro recebido dos aliados ajudou a estabilizar a moeda e a melhorar o abastecimento da população. Contudo, a inflação voltou, em virtude dos constantes déficits orçamentários do Governo, e os conflitos sociais recrudesceram.

A consequência da crise econômico-social foi o surgimento do movimento fascista, iniciado por Mussolini, em 1919. Contudo, a agitação socialista continuava no parlamento, neutralizando tentativas de saneamento da economia. Os gabinetes ministeriais caíam um após o outro. Entre 1919 e 1922, Mussolini conseguiu o apoio da Confederação Nacional da Indústria e dos anticomunistas, bem como de parte da imprensa. Em 1921, os fascistas conseguiram 35 cadeiras no Parlamento e, em 1922, Mussolini tornou-se primeiro-ministro. Iniciou-se um programa de irrigação, de recuperação de terras alagadas e de auxílio à pequena propriedade. Mais de um milhão e meio de hectares foram acrescentados à atividade produtiva, 350 km de canais foram drenados e 500 km de estradas

construídos (Chardonnet, 1957, p. 417).

Apesar das obras públicas, o desemprego causado pela Grande Depressão Mundial provocou dissidências no partido fascista. Para desviar a atenção, a Itália promoveu a Guerra da Abissínia, em 1935, formando com as colônias existentes a África Oriental Italiana. O desemprego foi suavizado com a convocação de 300 mil soldados. Mussolini desejava tornar seu país uma grande potência e voltou-se para a industrialização e a implantação da infra-estrutura necessária. Criou o Instituto para a Reconstrução Industrial (1933), que concedia ajuda financeira às empresas em dificuldades, instituiu o controle bancário (1936) e nacionalizou o Banco da Itália. Construiu ferrovias, auto-estradas e túneis; incentivou, entre outras, a indústria aeronáutica e a indústria naval, dotando a Itália de uma frota mercante de três milhões de toneladas (Chardonnet, 1957, p. 418).

Na Segunda Guerra Mundial, a Itália uniu-se à Alemanha; após sucessivas derrotas, solicitou armistício aos aliados em 1943. Em 1945, Mussolini foi morto e em junho de 1946 a República Italiana foi proclamada, com a ascensão dos democrata-cristãos ao poder. O tratado de paz de 1947 fez a Itália perder suas colônias e a reconhecer a independência da Albânia. No plano interno, havia o perigo de graves convulsões sociais. O Sul do país, com mais de 17 milhões de habitantes, continuava pouco industrializado, com altos índices de desemprego. Em toda a Itália, havia dois milhões de desempregados, uma inflação galopante e profunda depressão. A ocupação aliada minimizou as divisões internas e permitiu à Itália beneficiar-se do Plano Marshall para a reconstrução nacional. A malária foi erradicada e a descoberta de petróleo deu novo impulso à economia.

2.1.2 Plano Marshall, planejamento e reconstrução

No contexto do Plano Marshall, a reconstrução levou em conta a produção para exportação, que devia crescer 100%, contra 14% para os manufaturados de consumo e 15% para a produção agrícola. Essa estratégia explicava-se pelas necessidades de importar matérias-primas para a indústria. A partir de então, a mão-de-obra agrícola, relativamente barata, passou a ser gradativamente engajada na indústria, principalmente na têxtil, a mais antiga, como também nos ramos de mecânica leve e químico, compreendendo a produção de têxteis sintéticos (Chardonnet, 1957, p. 419).

Em 1955, a economia italiana crescia rapidamente, sob a liderança da produção industrial e agrícola (trigo, arroz, vinhos e óleo de oliva); na indústria obtiveram destaque a automobilística, a construção naval, máquinas-ferramentas de grande precisão, aparelhos elétricos, produtos químicos e a têxtil. Nesse ano, a população italiana era de 47,8 milhões de pessoas, porém com 1,89 milhões de desempregados; o excesso de oferta de mão-de-obra explicava os baixos salários e as emigrações continuavam elevadas (240 mil em 1915 e 130 mil em 1951) (Chardonnet, 1957, p. 416). O Ministério da Participação Estatal, criado em 1956, passou a realizar um controle direto sobre as empresas públicas, assegurando a observância das metas da política econômica do Governo. Ações mais diretas ainda ocorreram por meio do Instituto da Reconstrução Industrial e de outros

organismos encarregados da coordenação e ajuda financeira. Por intermédio desses órgãos, desenvolveram-se a indústria siderúrgica, a construção naval, petróleo e gás natural, material elétrico e eletrônico, petroquímica, cimento, produção de eletricidade, telecomunicações etc.

Pelo Tratado de Roma, de 1957, surgiu a Comunidade Econômica europeia. A Europa dos Seis conheceu notável crescimento econômico nos anos seguintes. A indústria italiana empregava grande parte da população ativa desde a década de 1960; em 1968, menos de 10% do PNB era gerado na agricultura. O valor da produção industrial triplicou entre 1938 e 1961, sendo que ela duplicou somente nos anos de 1950. A causa desse rápido crescimento, conhecido como *milagre italiano*, deveu-se ao Plano Marshall e à participação do Estado na economia. Mas no início dos anos de 1960, período de austeridade, o produto interno bruto cresceu a baixas taxas, elevando-se entre 1966 e 1969 a 6,5% ao ano, com a indústria crescendo 6% ao ano. A retomada do crescimento econômico foi liderada pelo aumento da participação do Estado na economia, tendo em vista que o Instituto de Reconstrução Industrial comprou várias empresas em dificuldades e passou a subsidiar outras sociedades não controladas diretamente (Miranda e Mathieu, 1989, p. 171).

A experiência italiana de planejamento, após a Reconstrução (1946-1953), quando se implantou o Plano Marshall, continuou com o Plano Vanoni (1955-1965), que visava desenvolver a infra-estrutura e indústrias básicas (petróleo, gás, energia elétrica, petroquímica); com os planos quinquenais (1965-1970 e 1971-1975), que procuraram dotar o país com indústrias modernas diversificadas e industrializar o Mezzogiorno, no Sul; e com o Plano Trienal (1979-1980), com o qual se passou a enfatizar o curto prazo, por meio de ações em áreas específicas, mas de forma indutora e não por intermédio de ação direta (Miranda e Mathieu, 1989, p. 197).

Os grandes investimentos promovidos pelo Governo, para criar indústrias básicas e implantar a infra-estrutura, geravam déficit público e inflação, interrompendo o crescimento econômico. Este foi mais intenso entre 1954 e 1963 e mais lento entre 1964 e 1973, provocando o aumento das reivindicações trabalhistas por maiores salários e dos empresários por crédito. À tendência ao desequilíbrio orçamentário do Governo somou-se, nos anos de 1970, o déficit do balanço de pagamentos, devido à crise do petróleo, gerando baixas taxas de crescimento no início dos anos de 1980 (Miranda e Mathieu, 1989, p. 191).

Agitações políticas, que se intensificaram nos anos de 1970, juntamente com a crise do petróleo de 1973, reduziram a rentabilidade industrial e a taxa de crescimento econômico. O Governo procurou incentivar a economia, ampliando o crédito e realizando transferências diretas às empresas em dificuldades. Em 1976, a economia reagiu, crescendo 5,9%, impulsionada pela indústria que se expandiu 10% nesse ano. Apesar disso, entre 1961 e 1979, a economia italiana cresceu menos do que as economias da Alemanha, França e Grã-Bretanha (Miranda e Mathieu, 1989, p. 176).

A preocupação do I Plano Trienal (1979/1980) foi combater o déficit público, por meio do saneamento das empresas estatais e da criação de novos empregos. Já o II Plano Trienal (1981/1983) visava equilibrar as finanças públicas e reduzir o déficit do balanço de pagamentos. Nesse sentido, procurou aumentar a competitividade industrial e a reconversão da siderurgia e da química, bem

como resolver problemas estruturais que os subsídios industriais ocultavam, não resolvendo os problemas e agravando o déficit público. Como resultado do aumento da produtividade industrial, as exportações cresceram em meados da década de 1980, notadamente dos ramos de fiação e tecelagem, confecção, couros, calçados e móveis. Ao mesmo tempo, houve substituição de importações de máquinas mais sofisticadas e de robôs industriais (Miranda e Mathieu, 1989, p. 191).

Entre 1965 e 1980, a economia italiana cresceu 4,3%, impulsionada pelas exportações, que evoluíram 7,7% em média no mesmo período. Elas passaram de US\$ 36,9 bilhões em 1976, para US\$ 78,5 em 1980, representando uma expansão média de 25,6% entre 1976 e 1979. Entre 1979 e 1980, seu crescimento reduziu-se para 7,2%, apresentando crescimento negativo após 1980, devido ao segundo choque do petróleo, e até 1983, quando se reduziu a US\$ 72,67 bilhões, recuperando-se a partir de 1984 (Miranda e Mathieu, 1989, p. 190). Entre 1990 e 1999, em razão dos déficits internos e dos problemas do balanço de pagamentos, a taxa de crescimento da economia italiana foi relativamente menor (1,2%), como no caso da maioria dos países europeus no mesmo período (ver a Tabela 1).

A atividade industrial italiana empregava mais de 40% da população ativa nos anos de 1990. A indústria automobilística continuava como uma grande atividade exportadora e concentrada em Turim, Milão, Bréscia e Desio. Esses centros também são grandes produtores de máquinas e aparelhos elétricos, produtos químicos, têxteis e calçados; a maior parte de sua produção é exportada para os demais países da União Européia (UE), assim como para outros continentes. Em 1998, 89% das exportações italianas eram constituídos por produtos manufaturados, com 35% compostos por máquinas e equipamentos de transporte e 27,5% pelas exportações de serviços comerciais (Banco Mundial, 1995, p. 209 e 2003, p. 322).

Na virada do século 21, a Itália apresenta uma economia diversificada, com produtividade semelhante à da França e Reino Unido. No entanto, o país ainda permanece dividido entre o Norte altamente desenvolvido, com uma indústria de alta tecnologia, e o Sul mais agrícola e de menor renda *per capita*. Apesar das características agrícolas da região, a Itália importa 75% da energia e a maior parte das matérias-primas necessárias à indústria. Desde 1990, a Itália vem seguindo uma política fiscal restritiva, a fim de cumprir os critérios da política monetária da UE e aumentar a competitividade da economia; isso resultou em taxas de juros e de inflação mais baixas e sua adesão ao euro, em 1999. No entanto, em relação aos demais parceiros da UE, a Itália encontra-se atrasada em termos de reformas estruturais (redução de impostos, flexibilização das leis trabalhistas, ajuste do sistema de pensões...). Em 2003, o PIB italiano cresceu apenas 0,3%. Para estimular a economia, o governo anunciou novos cortes de impostos, o que elevará o déficit público acima de 3% do PIB. Os italianos também não vêm cumprindo a meta do pacto de estabilidade do euro em relação à dívida pública, porque atingiram 106,7% do PIB em 2002, devendo alcançar 106,1% do PIB em 2005.

2.2 Desenvolvimento da Espanha

A Península Ibérica foi ocupada por povos de diversas origens. Os romanos construíram uma

rede de estradas para a movimentação de tropas; nas cidades, foram erguidos templos, foros, banhos públicos e outros edifícios. Estenderam-se aos espanhóis os mesmos direitos concedidos aos cidadãos romanos. O cristianismo foi introduzido, produzindo-se as mesmas perseguições e mártires. Com a desagregação do Império Romano, a Espanha passou a ser invadida a partir do século 5 por germânicos, vândalos e visigodos, surgindo os reinos bárbaros. Apesar da influência do norte europeu, o catolicismo romano triunfou sobre o arianismo. Os concílios cristãos passaram a exercer uma grande influência sobre o rei espanhol e conseguiram impor a religião e a cultura dos latinos. No ano de 714, os árabes conquistaram Mérida, Toledo e Saragoça e submeteram os visigodos. A Espanha passou a ser governada pelos novos invasores, sendo integrada ao califado de Damasco. O domínio muçulmano durou de três a oito séculos, dependendo da região (Mirador, 1995, p. 4091).

Os árabes introduziram a irrigação na agricultura, cultivaram novos frutos e adotaram práticas hortícolas até então desconhecidas na Europa. Entre os séculos 10 e 14, eles desenvolveram a metalurgia, o mobiliário, a manufatura têxtil (lã e seda) e construíram mesquitas, escolas, bibliotecas e grandes palácios. Do ponto de vista cultural, sua influência foi substancial. Sábios árabes e judeus, como Averróis, Avicena e Maimônides revelaram Aristóteles e Platão, influenciando a escolástica cristã. Com a reconquista cristã, iniciada em 1085, milhares de mouros foram expulsos da Espanha, levando tecnologias, capitais e mão-de-obra especializada.

A partir de 1478, o Tribunal da Inquisição passou a perseguir árabes e judeus, justamente aqueles que haviam dado à Espanha atividades econômicas e culturais diferenciadas em relação ao resto da Europa. A Inquisição levou a Espanha a expulsar cerca de 170 mil judeus que haviam recusado o batismo. Essa expulsão também privou a Espanha de pessoas com capitais e capacidade empresarial; com isso, a economia espanhola caiu nas mãos dos financistas italianos e alemães. Por essa época, a população árabe ainda remanescente que não havia optado pela conversão foi expulsa da Espanha. Com a descoberta do caminho das Índias por Cristóvão Colombo, em 1492, o país ingressou na idade de ouro do Mercantilismo.

2.2.1 As conquistas coloniais

As descobertas marítimas permitiram à Espanha acumular considerável riqueza, contrastando com as dificuldades dos ingleses e franceses em montar uma economia fundamentada no trabalho produtivo. No reino de Felipe II (1556/1598), a Espanha possuía uma atividade manufatureira importante para a época, destacando-se tecidos de lã e seda, pesca, construção de barcos e a marinha mais importante da Europa. Entretanto, mais uma vez o obscurantismo levou à expulsão de dois milhões de judeus e árabes, entre os quais artesãos e detentores de capitais e capacidade empresarial (List, 1983, p. 46).

O acúmulo fácil de metais preciosos do México e do Peru produziu intensa inflação. A grande quantidade de moeda em circulação facilitou as importações de manufaturas, em detrimento da produção interna. Tanto a Espanha como Portugal, perdendo sua atividade industrial, desenvolveram o comércio, abastecendo as colônias com produtos ingleses ou holandeses. Em 1713, a Espanha

assinou o *Tratado de Asiento*, que permitiu à Inglaterra vender livremente manufaturas inglesas nas colônias espanholas. As fracas tentativas de proteger a indústria através de altas tarifas alfandegárias ficavam bloqueadas pela falta de unidade política interna e pela insuficiência de infra-estrutura, como estradas e pontes, que mantinham as diferentes províncias espanholas isoladas entre si (List, 1983, p. 100). Além do domínio inglês e das riquezas coloniais que corrompiam a nobreza e o clero, havia uma elite dirigente bastante distanciada dos objetivos do desenvolvimento econômico e uma população ignorante e sem liberdade.

No início do reinado de Carlos III (1759-1788), a influência da Inquisição já era menor, sendo criadas academias de história e artes e um colégio real para a nobreza, ao mesmo tempo em que a agricultura, a mineração e o comércio se recuperavam. A indústria foi encorajada pelo Estado, o que favoreceu a agroindústria algodoeira, assim como o comércio com as colônias. Durante o reinado de Carlos III, a população espanhola aumentou em 1,5 milhão, chegando a 10,25 milhões por volta de 1780 (Bertrand e Petrie, 1952, p. 296). Entre 1793 e 1813, a Espanha esteve sob domínio francês, levando-a a invadir Portugal e a impor o fechamento dos portos à Inglaterra. A luta contra os franceses, expulsos em 1813, fortaleceu a unidade nacional e mostrou a necessidade de organização interna da economia espanhola. No entanto, as sucessivas guerras, muitas delas por disputas políticas internas, ou para manter as colônias, prejudicavam o desenvolvimento econômico.

No final do século 19, a Espanha perdeu praticamente todo o império colonial, quando sua economia mostrava-se exaurida pelas lutas constantes e grandes despesas daí decorrentes. A política mercantilista, mantida durante cinco séculos, ajudou a perpetuar tanto o imobilismo das classes sociais, como a forte influência da Igreja, o subdesenvolvimento e a pobreza da grande maioria da população.

Em 1900, a Espanha apresentava-se como um país essencialmente agrícola. A indústria incipiente constituía-se por pequenas empresas de influência local. Somente a metalurgia da região basca possuía alguma importância. Nas primeiras décadas do século 20, os capitais estrangeiros passaram a ingressar na Espanha, em razão das oportunidades existentes: ferrovias (capitais belgas); mineração, têxtil e química (franceses); usinas hidroelétricas (canadenses); metalurgia, construção naval, minas de cobre (ingleses); telefonia (americanos); distribuição de energia e metalurgia (alemães) etc. (Broué e Témine, 1961, p. 21).

Durante a Primeira Guerra Mundial, a Espanha permaneceu neutra, o que favoreceu a estabilidade monetária e o crescimento industrial. Ela tornou-se um dos principais países exportadores de produtos agrícolas e, mesmo, manufaturados. Ao findar a guerra, contudo, a concorrência dos países industrializados retirou a Espanha dos mercados externos. As dificuldades internas levaram à ditadura de Primo de Rivera (1923-1930), o qual manteve a colônia marroquina, iniciou a eletrificação das ferrovias e promoveu a estabilidade financeira. A Queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, porém, atingiu duramente a moeda espanhola, provocando em 1930 a queda do ministro das finanças e do próprio ditador (Bertrand e Petrie, 1952, p. 370).

As eleições de 1931 levaram à formação de um governo de esquerda e à II República (1931-1936). Por falta de recursos e oposição de grupos internos, não se efetuaram as reformas na educação

e na agricultura. A Igreja monopolizava praticamente todo o ensino e detinha, em 1931, cerca de 11 mil imóveis rurais, além de propriedades urbanas e ações na indústria, bancos, ferrovias, metrô de Madri e companhias de transporte. Enquanto dez mil proprietários detinham mais de 100 hectares, dois milhões de trabalhadores não possuíam terras para assegurar sua própria subsistência (Broué e Témime, 1961, p. 23 e 25).

As agitações sociais desse período, o direito do voto feminino e a reação das forças conservadoras elevaram o número de deputados de centro e de direita nas eleições de 1933. Os grupos de esquerda mobilizavam-se, mas a reforma agrária não se realizava. A depressão econômica, que se refletia na diminuição dos salários e no desemprego, enfraquecia o Governo, em razão das medidas impopulares adotadas, enquanto os privilégios das classes dominantes tradicionais se mantinham. Em fevereiro de 1936, a frente popular obteve 270 cadeiras no Parlamento, contra 200 para a direita e o centro. Com um governo de esquerda, houve ocupação de terras, incêndios de igrejas e conventos e inúmeras greves gerais (Bertrand e Petrie, 1952, p. 381).

A reação das forças conservadoras levou ao fortalecimento da extrema direita (*fascismo*) e à Guerra Civil entre os governistas republicanos e fascistas (1936-1939). Enquanto a França e a Inglaterra se mantiveram neutras na Guerra Civil espanhola, a Itália e a Alemanha ajudaram com homens e armas os revoltosos fascistas, comandados pelo General Franco. Da mesma forma, os russos entregaram ao governo republicano 12 milhões de rublos. Brigadas internacionais, formadas por voluntários liberais e de esquerda de vários países, participaram ativamente dessa revolução. No entanto, desde 1937, sindicalistas e comunistas passaram a ser eliminados do governo. No início de 1939, os fascistas detinham a maior parte das forças militares e as regiões mais desenvolvidas da Espanha, exceto Madri, levando os generais governistas a se dividir e a pedir a rendição. O saldo do violento conflito foi de 600 mil mortos. No início de 1939, França, Inglaterra e EUA reconheceram o Governo do General Franco (1939/1954) (Bertrand e Petrie, 1952, p. 393).

Em função da redução da produção agrícola, mineira e industrial, manteve-se a distribuição controlada de matérias-primas e a aquisição da produção de trigo por um sindicato agrícola único. As dificuldades econômicas levaram o General Franco a manter sua aliança com o fascismo italiano e o nazismo. No plano interno, ele se aliou à Igreja: suprimiu a lei do divórcio, restaurou a educação religiosa e devolveu as propriedades e as prerrogativas dos jesuítas. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Espanha manteve-se neutra, mas nutria a simpatia dos aliados por seu governo anticomunista.

O solo espanhol para a agricultura é semelhante ao italiano; o relevo é montanhoso e o clima seco, com secas freqüentes, necessitando de irrigação. Entretanto, a Espanha possui reservas carboníferas apreciáveis, com alguma disponibilidade de cobre, chumbo, zinco e outros minerais, enquanto as reservas de ferro são modestas. Suas grandes deficiências eram a falta de capital para a exploração dos recursos minerais, a implantação da infra-estrutura e a industrialização. A política nacionalista de Franco, no entanto, afugentava o capital estrangeiro. Uma lei de 1939 limitava a remessa de lucros em 25% do capital investido, ao mesmo tempo em que proibia o emprego de técnicos estrangeiros (Chardonnet, 1957, p. 385-387).

2.2.2 O isolamento internacional do pós-guerra

Pela insuficiência de capitais e por não desejar democratizar-se, a Espanha ficou fora do Plano Marshall e do progresso europeu do pós-guerra. Mantendo-se isolada no plano internacional, os esforços para o desenvolvimento foram eminentemente internos. Assim, em 1941 a Espanha criou o Instituto Nacional da Indústria, para financiar o desenvolvimento industrial. Foram implantadas algumas indústrias de consumo, apesar da insuficiência de energia e de produtos siderúrgicos. Em 1950, a ONU revogou a resolução de 1946, segundo a qual seus filiados deveriam retirar seus embaixadores de Madrid. Em seguida, a Espanha foi admitida na Organização para Alimentação e Agricultura; porém, ela somente ingressou na UNESCO em 30-01-1953 e na ONU em 14-12-1955 (Mirador, 1995, p. 4110).

Em 1953, a Espanha havia assinado um acordo de ajuda recíproca com os Estados Unidos, de quem recebeu ajuda financeira para fins militares. Entre 1954/1958, essa ajuda foi de US\$ 341 milhões de dólares. No entanto, a economia espanhola continuava se deteriorando e a inflação chegava a 15,5% ao ano, em 1956/1957; em 1958, iniciou-se a implantação de um plano econômico de caráter recessivo. Em 1960, a agricultura, que contava com 47% da população ativa, recebia apenas 13% dos investimentos totais do país. A produção agrícola era inferior a de 1935. Com uma área irrigada desprezível, ela cresceu apenas 37,8%, entre 1953 e 1963. A produção de energia continuava aquém das necessidades internas e os meios de comunicação subdesenvolvidos isolavam a Espanha do resto da Europa (Cerdeira e Ros, 1965, p. 68).

Apesar da existência de um governo central forte e da ajuda financeira norte-americana, as agitações sociais e as greves bloqueavam o desenvolvimento econômico espanhol. O plano de estabilização de 1958 provocou crescimento econômico lento nos anos seguintes. A partir de 1962, no entanto, o crescimento agrícola tomou impulso, com aumento substancial da produção de trigo, gado e aves, graças ao aumento da produtividade, via emprego de fertilizantes e tratores. Porém, o progresso da agricultura não impediu o êxodo rural intenso em direção das cidades espanholas, como para a França, Suíça e Alemanha. Desse modo, a população ativa empregada na agricultura caiu pela metade em dez anos, passando de 47%, para 26%. A taxa de crescimento média anual da renda nacional foi de 3,8% entre 1940 e 1955 e de 5,6% entre 1955 e 1963. Nos três primeiros anos da década de 1960, a taxa média de crescimento anual da economia espanhola foi de 6,8% (Cerdeira e Ros, 1965, p. 63).

Entre 1953 e 1963, a produção industrial espanhola cresceu 106%, sendo as maiores variações verificadas na transformação de minerais não metálicos (213%), na geração de energia elétrica (152%) e na indústria química (101%). Esse impulso industrializante ocorreu impulsionado pelo Instituto Nacional da Indústria, que se dedicou à investigação mineral, particularmente petróleo e gás, à produção de energia hidroelétrica e termelétrica, à produção siderúrgica e de metais não ferrosos e à fabricação de material ferroviário. Esse Instituto avançou também na indústria de transformação, criando estatais para produzir navios, materiais aeronáuticos e automóveis, máquinas

agrícolas, motores e aparelhos elétricos, bem como para a fabricação de bens de consumo duráveis, de uso doméstico (Cerdeira e Ros, 1965, p. 80-81).

A industrialização avançou mais rapidamente por meio do primeiro plano indicativo de desenvolvimento (1964-1967), elaborado por técnicos católicos da Ordem *Opus Dei*. Nesse período, o produto nacional bruto cresceu 35% e a renda *per capita* 28%. Com o crescimento econômico, ampliou-se a dimensão da classe média, bem como as reivindicações políticas. No final dos anos de 1960, acentuou-se a agitação política nas universidades e cresceu a atuação dos grupos separatistas. O General Franco faleceu em 20-11-1975. Assumiu o poder o rei Juan Carlos I, que iniciou um processo de modernização institucional. Em 1978, foi promulgada a nova constituição espanhola, que tornou a Espanha uma monarquia parlamentar, retirou da Igreja o *status* oficial e garantiu os direitos humanos e civis. O partido comunista foi legalizado e a Falange dissolvida.⁶

A redemocratização da Espanha permitiu que o país fosse admitido na Organização do Atlântico Norte (1982) e na Comunidade Econômica europeia (1986). Esses dois acontecimentos foram fundamentais no plano político e econômico internacional. Em primeiro lugar, a Espanha assegurou um lugar de destaque nas mesas de negociações internacionais, juntamente com os principais países desenvolvidos. Em segundo lugar, o ingresso no Mercado Comum europeu significou o acesso a grandes fontes de financiamento de longo prazo, para a implantação de projetos de desenvolvimento econômico. Além disso, a partir dessa data, a Espanha passou a exportar seus produtos sem taxas de importação para a Comunidade europeia, o segundo maior mercado consumidor do mundo.

A indústria espanhola concentra-se atualmente em três regiões: (a) no *Norte* (Astúrias e Províncias Bascas), a mais industrializada, dispondo de minério de ferro, carvão e abundante energia elétrica, além de indústrias siderúrgicas, químicas, mecânicas e de construção naval; (b) na *Catalunha*, cuja capital é Barcelona, uma zona tradicional de produtos têxteis, que está acolhendo indústrias químicas, mecânicas e de veículos; e (c) *nas zonas mineiras do Sudoeste*, onde as indústrias existentes são, sobretudo, as que transformam produtos minerais. Nessas três regiões, há uma importante indústria agroalimentar, com base em azeite, vinhos, produtos lácteos e conservas de carnes e de vegetais.

Atualmente, a Espanha é o maior produtor mundial de azeite de oliva e um dos maiores fabricantes de vinhos. Grande parte da atividade agrícola é feita em lavouras irrigadas. As frutas representam mais de 70% das exportações agrícolas espanholas, cuja pauta inclui ainda beterraba açucareira, linho, algodão, fumo, legumes, hortaliças e ovinos, cujo rebanho é de mais de 14 milhões de cabeças. No início da década de 1980, a indústria automobilística espanhola tornou-se a sétima mais importante do mundo. Atualmente, o turismo constitui uma das mais importantes atividades econômicas e a Espanha ocupa a segunda posição no *ranking* mundial, depois da França, movimentando anualmente cerca de US\$ 45 bilhões.

As exportações espanholas cresceram 12,4% entre 1965/1980, 5,7% nos anos de 1980 e

⁶ Grupo paramilitar fascista, fundado em Madri, em 1933. Esse grupo fundiu-se em 1937 com os demais movimentos de direita, tornando-se o partido único do General Franco.

10,9% nos anos de 1990, explicando um crescimento econômico global relativamente acelerado, principalmente entre 1965/1980 (Tabela 2.1 de Souza, 2005, e Tabela 1). Nos anos de 1990, o crescimento anual da produção desacelerou-se (2,2% ao ano), mas ainda se manteve acima do crescimento verificado na Alemanha, França e Itália. Em 1999, com um PIB de US\$ 551,6 bilhões de dólares, a Espanha se mantinha como a 10^a economia do mundo, atrás do Canadá (US\$ 591,4) e do Brasil (US\$ 742,8). Seu PNB *per capita* de US\$ 14.000 era superior ao da Nova Zelândia (US\$ 13.780) e Portugal (US\$ 10.600). Em 2003, o PIB espanhol encontrava-se no seu oitavo ano de crescimento consecutivo (2,4%, devendo atingir 3% em 2004). Isso resultou do controle das despesas públicas e da redução de impostos, o que fortaleceu a poupança e o investimento. Estima-se que até 2010 deverá ocorrer a convergência de sua renda *per capita* em relação à renda *per capita* dos países mais ricos do mundo.

A taxa de desemprego, no entanto, continua sendo a mais alta da UE: 11,3% em 2003, devendo reduzir-se em 2004 para 10,8%. A ampliação da comunidade européia para a Europa do Leste deverá beneficiar a economia espanhola, ao criar novas oportunidades para suas exportações, que deverá crescer 3,8% em 2004 (Google: Luís Reis Ribeiro). A situação da Espanha em relação ao pacto da estabilidade do euro está bastante favorável, pois o superávit orçamentário de 0,5% do PIB em 2003 deverá se manter entre 0,1% e 0,3% até 2007 e a dívida pública deverá se reduzir para menos de 44% do PIB (Google: Economia da Espanha).

2.3 Desenvolvimento de Portugal

Portugal, com 92 mil km² e 9,8 milhões de pessoas (1993), teve sua formação econômica ligada à ocupação da Península Ibérica como um todo. Isso ocorreu com a chegada de colonos que emigraram das ilhas do Mediterrâneo entre 4.000 e 1.500 a.C. e que trouxeram a metalurgia do cobre. No Sul do país, constata-se a influência de fenícios, gregos e púnicos, através da metalurgia e artesanato em ourivesaria; essa influência se adicionou à cultura celta. A rivalidade comercial com os cartagineses trouxe os romanos até a Península Ibérica, resultando na ocupação militar e administrativa no início da era cristã. Como na Espanha, o domínio árabe iniciado em 711 durou quatro a cinco séculos. Os árabes introduziram técnicas agrícolas e artesanais novas, instituições administrativas, judiciais e militares; várias palavras árabes foram incorporadas ao idioma português, enriquecendo o seu vocabulário. Entre 1139 e 1249, as ordens militares e os cruzados contribuíram decisivamente para expulsar os árabes do país.

Dom Diniz (1261-1395), rei de Portugal entre 1279 e 1395, consolidou a centralização administrativa e a unificação cultural do país. Destacou-se especialmente pelo incentivo concedido à agricultura; mandou construir canais e secar pântanos; limitou os privilégios territoriais da Igreja; protegeu a classe mercantil e reorganizou a marinha de guerra. Em 1290, para evitar que os jovens portugueses fossem obrigados a completar seus estudos em universidades estrangeiras, criou a Universidade de Lisboa; também determinou o uso exclusivo do idioma português nos documentos oficiais. Em 1297, pelo Tratado de Alcañices, firmou a fronteira com Castela, o que estimulou o

comércio entre os dois países. Em 1308, realizou um tratado comercial com a Inglaterra, depois do restabelecimento do tráfego entre os dois países (Mirador, 1995, p. 9177).

Nos anos que se seguem, Dom Diniz concedeu forte apoio à marinha mercante e à construção naval. Em certas ocasiões, os armadores ficavam isentos de impostos e dotados de outros privilégios. Desse modo, eles passaram a dominar o comércio nas principais praças européias e no Mediterrâneo. Desenvolveu-se o ambicioso plano de substituir o comércio muçulmano no mundo então conhecido, pois os contatos com árabes e judeus haviam ampliado os conhecimentos marítimos. Intensificou-se, portanto, a exploração do litoral africano, culminando com o contorno do Cabo de Boa Esperança (1488), a chegada às Índias (1497) e o Descobrimento do Brasil (1500). Com o domínio da rota do Cabo, surgiu o empório comercial português no Oriente. Seguiu-se um período de intenso tráfico de ouro, escravos, marfim, especiarias e outros produtos exóticos.

O Tratado de Tordesilhas, de 1494, havia estabelecido a divisão das descobertas ultramarinhas entre Portugal e Espanha. Porém, os navegadores portugueses desejavam penetrar nos territórios conquistados pelos espanhóis, o que favoreceu a expansão territorial do Brasil. Entre 1505 e 1515, constituiu-se o Império Português nas Índias. Seguiu-se um período de prosperidade econômica e cultural. O declínio do império português, no entanto, começou em 1578, com a morte do Rei Sebastião no Marrocos. Em 1580, por haver herdado a coroa portuguesa, Felipe II, rei da Espanha, tornou-se também rei de Portugal (Godinho apud Mirador, 1995, p. 9184). Com o apoio da França, em guerra com a Espanha, Portugal recuperou sua independência em 1640. O país procurou obter em seguida o reconhecimento internacional de sua independência. A oposição vinha da Holanda, que desejava tomar conta de possessões portuguesas na África e no Brasil. Os holandeses foram expulsos de Luanda e São Tomé em 1648 e do Brasil em 1654. No final do século 17, com o esfacelamento das possessões portuguesas na África e Ásia, Portugal intensificou a colonização do Brasil.

2.3.1 O Tratado de Methuen

Para manter suas colônias, Portugal precisava do apoio de grandes potências, o que explica a realização de tratados desfavoráveis como o de Methuen, de 1703, que ligou economicamente o país ao Reino Unido. Por esse tratado, Portugal obrigou-se a importar manufaturas têxteis da Inglaterra. Os ingleses, em contrapartida, ficaram comprometidos a importar vinhos portugueses, pagando estes 2/3 dos direitos impostos aos vinhos franceses. Foi um tratado desfavorável a Portugal, primeiro porque os impostos de importação, cobrados na Inglaterra, sobre os vinhos portugueses, já eram 50% inferiores aos cobrados dos vinhos franceses. Assinado o acordo, na verdade, os impostos aos vinhos portugueses aumentaram, em vez de diminuírem (Azevedo, 1978, p. 397).

Porém, as vendas de vinhos para a Inglaterra aumentaram pelo fim das restrições quantitativas. O crescimento das exportações levou muitas regiões a substituir a produção de trigo, centeio e cevada por parreirais. Com a expansão das receitas das exportações, cresceram substancialmente as importações manufaturadas da Inglaterra, facilitadas pela assinatura do referido

tratado (Castro, 1978, p. 96). Assim, pelo Tratado de Methuen, Portugal ficou alijado da industrialização, o que afetou igualmente o Brasil. Pequenas fábricas criadas no Brasil foram fechadas pela administração portuguesa, que seguiu fielmente o Tratado, enquanto os ingleses continuavam importando vinhos da França e de outros países da Europa. Como consequência, o ouro do Brasil transferia-se automaticamente para a Inglaterra, para pagar os déficits comerciais com os ingleses (Cerdeira e Ros, 1965, p. 68).

Para a assinatura desse tratado, além da necessidade do apoio político inglês, foi fundamental também o interesse da aristocracia agrária portuguesa, produtora de vinhos. Resultou a dependência econômica e tecnológica de Portugal em relação à Inglaterra. Nas primeiras décadas do reinado de João V (1689-1750), o comércio marítimo português mantinha-se em expansão, enquanto as vias internas de transporte e de comunicações permaneciam precárias. Nesse período, realizam-se também os tratados com a Espanha que influenciaram a expansão territorial do Brasil. Muito contribuiu o brasileiro Alexandre de Gusmão, principal conselheiro político de João V. Ele dirigiu o Tratado de Madri (1750), que substituiu o Tratado de Tordesilhas na delimitação das fronteiras entre o Brasil e as possessões espanholas.

No reinado de José I (1750-1777), destacou-se o Marquês de Pombal, que foi Primeiro Ministro e por quase 30 anos aplicou uma política que ficou conhecida como “despotismo esclarecido”. Ele colocou em prática, desde 1750, uma política de monopolização do comércio e de equilíbrio da balança comercial, procurando impedir a exportação de ouro para a Inglaterra. Ele criou novas indústrias e expandiu as existentes, como têxteis e vidraria. Com esse objetivo, procurou aumentar a participação da nobreza na atividade comercial, reformou a administração pública e modernizou a Universidade de Coimbra. O terremoto, que praticamente destruiu Lisboa, em 1755, deu a Pombal a oportunidade de exercer poderes ditatoriais. No Brasil, ele estimulou a produção e a exportação de fumo e açúcar, bem como a ocupação das Missões por portugueses e brasileiros; em função disso, recebeu forte oposição dos jesuítas. Pombal expulsou-os de Portugal e conseguiu que fossem banidos da Espanha e que o próprio Papa extinguisse a Ordem dos Jesuítas.

Pombal entendia que o ouro do Brasil beneficiava apenas a Inglaterra e que sem o desenvolvimento da agricultura e da indústria de nada serviriam novas leis e bons princípios políticos. Defendeu a substituição de importações, como a indústria têxtil, pois calculava em 20 milhões de cruzados as importações de tecidos da Inglaterra, cuja lã era importada de Portugal e que recebia uma valorização de 400%. Ele via no predomínio britânico no transporte marítimo das mercadorias exportadas e importadas por Portugal um dos importantes fatores da sangria de divisas em direção da Inglaterra (Castro, 1978, p. 111). Após a queda de Pombal e o fim do período do despotismo esclarecido, veio uma época de perseguição intelectual. As companhias monopolistas foram extintas e estimulou-se a indústria, mas continuava o predomínio do comércio colonial na economia portuguesa. A educação passou a ser controlada pelo Estado e, em 1779, fundou-se a Academia Real de Ciências (Mirador, 1995, p. 9188).

2.3.2 A independência do Brasil e a nova política econômica

Em 1807, Portugal foi invadido pelas tropas francesas e a família real partiu para o Brasil, chegando no Rio de Janeiro em 1808. Três anos depois, os franceses foram rechaçados de Portugal, mas Dom João VI só retornou em 1822, ano em que Dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Em 1832, com a perda do Brasil, o ministro da Fazenda, José Xavier Mousinho da Silveira, defendeu a idéia de que Portugal deveria desenvolver atividades agrícolas e industriais para substituir a produção expropriada das colônias. Procurou aproximar Portugal do restante da Europa, aboliu impostos, monopólios e rendimentos vitalícios, que reverteram para a Coroa. Extinguiu a hereditariedade dos cargos públicos e reformulou o sistema educacional.

Por volta de 1840, a indústria utilizava apenas duas máquinas a vapor, número que aumentou para 95 em 1851. A aristocracia dos barões era forte e a economia continuava sob o comando de setores ligado ao comércio exterior e à especulação financeira. O lento crescimento da agricultura provocava escassez de alimentos e elevação de preços. Contudo, já se cogitava na abertura de estradas de ferro e no estabelecimento de condições mínimas para o desenvolvimento da indústria nacional. No final do século 19, o país tinha dificuldades em manter seu império colonial em torno das principais colônias, Angola e Moçambique. Nesse período, as potências industriais européias intensificaram a exploração da África, colocando em xeque territórios disputados pelos portugueses. Diante disso, Portugal adotou a *política econômica da regeneração* para fomentar o mercado interno em articulação com os mercados coloniais, o que elevou a dívida pública. A produtividade agrícola estagnou e os salários cresceram, dificultando a industrialização. Para incentivar a indústria, o governo investiu em ferrovias, mas as comunicações internas continuavam precárias. A indústria cresceu com o ingresso de capitais estrangeiros, sobretudo ingleses, franceses e belgas (Cabral, 1981, p. 185-187).

Entre 1870 e 1900, Portugal passou por um pequeno surto de industrialização, comandado pelo aumento dos preços dos produtos primários exportados. Cresceu a produção de manufaturas de consumo final, como têxteis, fumo, alimentos processados, vidros e cerâmica. Ao mesmo tempo, aumentaram as importações de máquinas e equipamentos industriais; das colônias vinha o algodão para a indústria têxtil. Entre as empresas fundadas nesse período, a maioria concentrava-se em Lisboa. O declínio das exportações de vinhos na década de 1890 e o aumento das importações de trigo, que deslocava a produção nacional, menos competitiva, geraram déficits comerciais que prejudicaram a industrialização incipiente. Em função disso, a Lei dos Cereais de 1889 procurou proteger a produção nacional de trigo, mas o custo de vida subiu, prejudicando as populações mais pobres. Com essa lei protecionista, findou a época da “Regeneração” (Cabral, 1981, p. 319).

Por volta de 1900, Portugal possuía 5,5 milhões de pessoas; 61,4% da população ativa ocupava-se na agricultura, 19,4% na indústria e 19,2% nos serviços. A indústria contava com 220 mil operários, concentrando-se mais da metade em Lisboa, Porto, Braga e Setúbal. Os assalariados rurais localizavam-se preferentemente no Sul do país. Havia crise na monarquia pelo desgaste das instituições, corrupção dos políticos e descontentamento popular. Para conter a agitação, a monarquia adotou a ditadura, que acabou provocando a proclamação da República portuguesa em 1910 (Netto,

1986, p.15). Seguiu-se um período de agitação política e de alta de preços, culminando com o golpe militar de 1926. Para resolver a crise econômica, Antônio de Oliveira Salazar assumiu o comando da economia em 1928. Em poucos meses, ele equilibrou o orçamento com drástico corte de gastos e aumento de impostos. Restringiu os meios de pagamentos e conteve a inflação. Com isso, adquiriu grande prestígio a ponto de submeter os militares. Ele se tornou Primeiro Ministro em 1932. No ano seguinte, a nova constituição do país instaurou o *Estado Novo*, regime autoritário fundado sobre o nacionalismo, catolicismo e anticomunismo.

Concentrando o poder político e econômico, Salazar instituiu o trabalho forçado nas colônias, formou a polícia secreta e centralizou as decisões dos investimentos, para expandir o setor industrial. Elaborou a Lei da Reconstituição Econômica (1936-1950), onde constava apenas a enumeração de metas a serem atingidas, sem subordinação a qualquer dotação orçamentária. Essas metas visavam desenvolver a infra-estrutura: ferrovias, hidroelétricas, rede elétrica nacional, irrigação das lavouras, reflorestamento e fomento industrial (Secretariado Nacional da Informação, 1967, p. 6). Os setores que mais cresceram entre 1930 e 1950 foram: pesca, papel, borracha, moagem, transportes e comunicações; poucas empresas concentravam 50 a 87% do capital desses setores; concentração maior ocorria ainda nas indústrias de cimento, química, máquinas e equipamentos elétricos, onde algumas poucas empresas detinham 70 a 99% do capital setorial. O crescimento econômico estava sendo concentrado em setores-chave (Netto, 1986, p. 22).

2.3.3 Os planos de fomento de Portugal

Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal manteve-se neutro, o que deu a Salazar uma trégua para resolver os problemas internos.⁷ O I Plano de Fomento (1953/1958) restringiu-se aos investimentos estatais nas áreas de comunicação, transportes, agricultura, implantação de novas indústrias e ampliação de indústrias existentes. O II Plano de Fomento (1959/1964) previu considerável soma de recursos para investimentos na metrópole, com o objetivo de incrementar o PIB, reduzir o desemprego e equilibrar o balanço de pagamentos. Em termos de desenvolvimento, Portugal estava muito abaixo da média européia. Em 1960, a renda *per capita* do país atingia apenas US\$ 250 anuais; a ingestão de calorias *per capita* diária montava a 2.500 calorias (3.000 para a média européia); 24,3% da população alojavam-se mal; 57,5% não possuíam luz elétrica; 80% não dispunham de instalações sanitárias e 86% não tinham acesso à água potável (Netto, 1986, p. 24).

Pela insuficiência de investimentos em saneamento e saúde pública, a incidência de tuberculose na população ainda era alta. A propriedade das terras era muito concentrada, com baixo uso de tratores e insumos modernos. No setor industrial e financeiro, a concentração do capital também era substancial. Em 1962, 52% das exportações portuguesas eram de matérias-primas e produtos semimanufaturados, contra 61% de importações manufaturadas. Seguiu-se uma troca desigual, que se refletia em uma balança comercial permanentemente desequilibrada, amenizada em

⁷ Por recearem o comunismo, as potências aliadas resolveram apoiar o Estado Novo, um regime não democrático, permitindo que Portugal ingressasse na OTAN e na ONU, eventos que ocorreram, respectivamente, em 1949 e em 1955.

parte pelos lucros auferidos nas colônias, com as quais se mantinha a troca desigual, desta vez em benefício da metrópole portuguesa (Netto, 1986, p. 27).

Em função desses planos de fomento, com a construção de novas barragens, a geração de energia hidráulica passou de 153 milhões de kw em 1950 para 1.779 milhões em 1965; a produção de ferro-gusa e de ligas de ferro subiu de 41 mil t em 1960 para 276 mil em 1965. A produção de automóveis de passeio elevou-se de 17 mil em 1964 para 33 mil em 1965. Algumas indústrias praticamente duplicaram e outras aumentaram mais do que 100% o volume de sua produção entre 1960 e 1965, notadamente a indústria alimentar, minerais não metálicos e borracha (Secretariado Nacional da Informação, 1967).

Grande parte das despesas previstas nesses planos de fomento incluía as colônias: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor. Levando-se em conta o comércio internacional, Portugal não vinha tirando vantagens dessa colonização, embora pudesse prejudicar o desenvolvimento das colônias. Em 1950, o déficit comercial de Portugal foi de 2,5 bilhões de contos, quantia que subiu para 6,3 bilhões em 1960 e para 10 bilhões em 1965.⁸ As importações vinham crescendo em função principalmente do esforço de industrialização. Porém, as exportações, sobretudo de tecidos, vinhos, conservas de peixe e cortiça, não conseguiam cobrir as importações necessárias ao desenvolvimento.

Os resultados dos planos de fomento foram significativos em termos de infra-estrutura. As estradas asfaltadas duplicaram entre 1950 e 1965: 16,7 mil km, para 31,5 mil km (incluindo o continente e as ilhas). Nesse período, o número de passageiros transportados por trem passou de 31,3 milhões, para 126,5 milhões. O número de navios aumentou de 51 em 1953 para 183 no fim do I Plano (1958). No II Plano, o porto de Lisboa foi ampliado e a carga movimentada por navios passou de 3 milhões de t em 1950 para 6 milhões em 1965 (Secretariado Nacional da Informação, 1967, p. 84 e 105).

No início dos anos de 1960, eclodiram as lutas de libertação nas colônias (Angola, 1961; Guiné, 1963 e Moçambique, 1964). Para conseguir apoio externo à colonização, o governo português concedeu certa abertura à economia, o que estimulou a industrialização. Essa esperança foi renovada com a substituição de Salazar, falecido em 1968. Em seu lugar ingressou Marcelo Caetano, com carreira política feita dentro do regime. “Renovação na continuidade” foi o lema do novo Presidente, que manteve mais de 130 mil soldados nas colônias (40% do orçamento nacional), a fim de combater as rebeliões.

Em 1970, a população portuguesa era de 9 milhões de pessoas, estando 31% no setor primário (19% do PIB), 34% no setor secundário (46,4% do PIB) e 35% no setor terciário. Devido à falta de emprego, cerca de 30% da população ativa foi obrigada a emigrar, correspondendo a 1,4 milhões de portugueses, que entre 1961 e 1973 ingressaram na França, Alemanha, Canadá e Venezuela. A remessa de soldados para sufocar as rebeliões nas colônias não ajudou a reduzir o

⁸ Esse déficit também ocorreu com as colônias: 3,3 milhões de contos em 1960 e 1,5 milhão em 1964. O principal déficit foi com Moçambique (1,5 milhão de contos em 1960 e 1,4 milhão de contos em 1964) e o único superávit foi com Angola em 1964 (1,2 milhão de contos) (Secretariado Nacional da Informação, 1967, p. 86).

desemprego, em função do deslocamento de gastos de outras rubricas do orçamento público. A solução foi aumentar os impostos; entre 1970 e 1973, os impostos indiretos cresceram 74% e outros impostos 53% (Netto, 1986, p. 32-35). As guerras coloniais e a situação econômica aprofundaram a crise do regime fascista. Entre 1972 e 1973, surgiram contestações nos quartéis; no início de 1974 multiplicam-se as greves e em 25 de abril desse mesmo ano o Governo de Marcelo Caetano caiu.⁹

2.3.4 A descolonização portuguesa

Com a revolução democrática, acelerou-se o processo de descolonização¹⁰ e uma nova constituição foi aprovada. Ocorreram nacionalizações de bancos e de vários outros setores. A descolonização abrupta foi traumática, principalmente em Angola, provocando o retorno de 800 mil portugueses residentes na África. Na área do emprego, concederam-se reajustes reais para os salários, reduziu-se a jornada de trabalho e instituiu-se o seguro-desemprego; ao mesmo tempo, proibiu-se a despedida sem justa causa e elevou-se o valor das pensões por aposentadoria e invalidez. Assim, o número de emigrantes portugueses caiu de 70 mil em 1974 para 45 mil em 1975 (Netto, 1986, p. 58).¹¹

A morosidade com que as terras desapropriadas ilegalmente na Revolução dos Cravos estavam sendo devolvidas aos seus legítimos donos provocou nova crise política em 1978. Ao mesmo tempo, Portugal preparava-se para ingressar na Comunidade Econômica europeia. O rápido crescimento do PIB do período 1965/1980 (5,3%), desacelerou-se nos anos seguintes, chegando a 0,1% entre 1980/1993. Em 1965, somente 3% das exportações eram compostos por máquinas e materiais de transporte, percentual que passou para 17% em 1988, o que dá uma idéia da evolução da industrialização do país. Entre 1965/1988, o PNB *per capita* cresceu 3,1%, atingindo US\$ 9.130 em 1993. Com as perturbações sociais e as dificuldades econômicas, a inflação portuguesa elevou-se de 11,7% ao ano entre 1965/1980, para 20,1% ao ano entre 1980/1988. Em 1985, o analfabetismo era de 16% para o total da população e de 20% para o caso das mulheres (Banco Mundial, 1990).

O PIB português cresceu 3,1% ao ano nos anos de 1980 e 2,5% nos anos de 1990. Após o ingresso de Portugal na União europeia, em 1986, o desenvolvimento português acelerou-se. Como a economia portuguesa encontra-se ainda menos desenvolvida, os objetivos das autoridades econômicas tem sido o de fazer a renda de Portugal convergir para a média europeia. Assim, o PIB *per capita* português em dólares PPC aumentou de 5.630 em 1985, para 17.000 em 2000; nesses dois anos, a média da UE era de 10.640 e 22.455 dólares PPC, enquanto os valores de Luxemburgo, o país de maior nível de renda da União Europeia, montavam a 14.725 e a 40.500 dólares PPC. Nesse

⁹ O estopim da “Revolução dos Cravos” foi a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, pelo General António de Spínola. Com esse livro, ele defendeu uma solução política e não militar para o fim da guerra colonial.

¹⁰ A Independência de Guiné-Bissau foi proclamada em 24-09-1974; seguiram-se a independência de Moçambique (25-06-1975), Cabo Verde (05-07-1975), São Tomé e Príncipe (12-07-1975) e de Angola (11-11-1975).

¹¹ Entre abril de 1974 e agosto de 1975 formam-se seis governos provisórios; este foi um período de muita agitação social. Em fins de novembro o Governo do General Costa Gomes prometeu a devolução das terras expropriadas aos antigos proprietários. Portugal encontrou o equilíbrio político com a contenção dos grupos extremistas de esquerda e com a promulgação de uma nova Constituição. Em 27-06-1976, o General Eanes elegeu-se Presidente da República; a partir de setembro desse mesmo ano, o socialista Mário Soares tornou-se o novo Chefe de Governo.

período, o PIB *per capita* de Portugal em relação ao PIB *per capita* da UE subiu de 53% para 76% e de 38% para 52% em relação a Luxemburgo. A taxa de crescimento do PIB *per capita* português foi de 7,5% ao ano contra 5% para a UE (Carvalho: www.dpp.pt/pdf/Converg_real.pdf).

Portugal também aumentou a sua participação na economia mundial. O seu PNB subiu de US\$ 85,7 bilhões em 1993, para US\$ 105,9 bilhões em 1999 (34 no *rank* mundial), correspondendo a US\$ 10.600 *per capita* (47 no *rank* mundial; crescimento de 2,9% entre 1998/1999). Em 1998, a esperança de vida em Portugal era de 72 anos para homens e de 79 anos para mulheres, enquanto a taxa de analfabetismo montava a 6% (homens) e a 11% (mulheres) (Banco Mundial, 1995 e 2003 e Tabelas 1.3 e 1.4 de Souza, 2005).

Apesar do progresso dos últimos anos, em 2004 a economia de Portugal continuava baseada na agricultura; 75% da produção primária destinavam-se à exportação (pescados, cereais, azeitonas, uvas, carnes, produtos lácteos, madeiras, minérios). As principais indústrias centravam-se em têxteis, calçados, madeira, papel, metalurgia, refino de petróleo, vinhos, pescados e produtos químicos. O turismo é uma atividade econômica de muita relevância pelo volume de dinheiro que movimenta e pelo número de empregos criados. Com a ajuda da União européia, a economia vem se desenvolvendo rapidamente, a ponto de exportar capitais. Em 1995, 590 novas empresas foram criadas, e elas empregavam quatro mil novos trabalhadores em 1999.

Portugal procura adaptar-se ao condicionamento imposto pela União européia (pacto de estabilidade). Em 2004, o déficit público deverá aproximar-se de zero. Há um plano de aumento da produtividade, que hoje é de 50% da produtividade média da União européia. Nove setores econômicos, representando 50% do emprego e do PIB português, foram estudados, sendo catalogadas as principais barreiras ao aumento da produtividade: alto grau de informalidade (evasão fiscal, evasão de obrigações sociais e de normas de trabalho); baixa capitalização; barreiras à entrada no mercado; burocracia nos licenciamentos; ineficiências na prestação de serviços públicos; rigidez na legislação trabalhista e estrutura industrial fragmentada e de pequena escala. Essas barreiras ao aumento da produtividade deverão ser eliminadas para que a economia portuguesa exerça maior atração ao capital estrangeiro e tenha maior competitividade nos mercados externos (Pesquisa Google: “Portugal 2010: acelerar o crescimento da produtividade”).

3 - Desenvolvimento do Canadá e da Austrália

3.1 Desenvolvimento do Canadá

A história do Canadá começou com a viagem de John Cabot, em 1497, seguindo-se de outros desembarques de comerciantes que buscavam peles e bacalhau para abastecer as peixarias da Inglaterra e da França, como Jacques Cartier, em 1534. Samuel Champlain iniciou o povoamento do Canadá, ao fundar Port Royal e Quebec, entre 1608 e 1633. Por meio da caça e da pesca, desenvolveu-se um sistema de trocas de ferramentas, armas e peles entre comerciantes, índios e

colonos. A busca de peles de animais levou à ocupação do interior do continente. Disputas frequentes ocorriam entre franceses e ingleses pelas terras canadenses e a hegemonia colonial. A partir de 1650, para firmar sua posição no Canadá e reduzir a dependência das importações de fumo e açúcar da Espanha, a Inglaterra incentivou o desenvolvimento dessas atividades em suas colônias (Easterbrook e Aitken, 1958, p. 37).

Após 1660, organizaram-se expedições para converter índios, ampliar a pesca e obter peles, sobretudo de castor. Intensificaram-se os conflitos entre as colônias inglesas da América do Norte e o Canadá francês, quando colonos e caçadores de língua inglesa ficaram impedidos de avançar nas áreas em litígio. O maior empenho inglês no desenvolvimento de suas colônias explicava-se pela necessidade de matérias-primas e alimentos para o abastecimento da Grã-Bretanha, enquanto a França era relativamente auto-suficiente em relação a esses produtos. A Guerra dos Sete Anos entre os dois países começou em 1756. A estratégia inglesa consistia em interceptar os navios franceses que abasteciam o Canadá, que deixou de ser francês em 1763, com a assinatura do Tratado de Paz em Paris (Easterbrook e Aitken, 1958, p. 108).

Com o fim da “Nova França”, abriu-se uma nova fase do desenvolvimento canadense. Novos colonos estenderam sua influência no norte e nordeste do Continente, instalando fazendas, fundando cidades e construindo estradas para escoar a produção agrícola em direção dos portos para exportação ao Reino Unido. O solo americano constituiu para a Inglaterra uma “verdadeira mina de ouro”. O Canadá desempenhou um papel importante nesse processo de colonização, exportando peles, produtos da pesca, óleo de baleia, madeira e cereais. A população crescente das colônias inglesas passou a ter renda cada vez maior, estimulando o consumo dos produtos de sua indústria (Wynn, 1990, p. 240).

A Guerra da Independência das 13 colônias americanas, em 1776, afetou o monopólio comercial britânico, mas cerca de 30 mil pessoas leais à Inglaterra emigraram para o Canadá. O fluxo de pioneiros norte-americanos continuou até 1812. Em 1825, houve intensa imigração da Inglaterra, que concentrou seus esforços nas colônias que restaram ao norte. As diversas colônias canadenses foram unificadas em torno de um governo central (*dominion*, 1867), para evitar sua anexação pelos EUA. A adoção do livre comércio pelo Reino Unido levou à supressão dos direitos preferenciais para produtos de suas colônias, que reduziu os laços econômicos com a metrópole. Diante disso, tornou-se necessário conceder às colônias uma autonomia crescente (Mirador, 1995, p. 1976).

Além da pesca e da produção de peles, o trigo e a extração da madeira foram importantes produtos coloniais. Em 1846, 40 mil t com madeiras e trigo foram embarcadas no porto de Quebec em direção à Grã-Bretanha. Investimentos eram feitos, inclusive pela Igreja, na construção de canais, navios, bancos e nas primeiras ferrovias. No entanto, o livre comércio inglês aniquilou o único mercado real do Canadá, que era a Grã-Bretanha. Essa situação agravou-se pelo fechamento da saída para o Pacífico, quando os EUA tomaram o Oregon, em 1846. A atividade exportadora recuperou-se, algum tempo depois, com o comércio incluindo o Reino Unido e os EUA. Assim, em 1854 a população canadense era cinco vezes maior do que a do início do século 19 e o Canadá já possuía 408 km de ferrovias. Em 1867, a frota mercante canadense era a quarta maior do mundo e entre 1870

e 1880 ela cresceu substancialmente. Contudo, tendo em vista as inovações tecnológicas, com o aço substituindo a madeira e o ferro, havia desemprego e recessão nas atividades manufatureiras de mercado interno. Muitas indústrias locais fecharam, tendo em vista a concorrência da moderna indústria inglesa, sobretudo nos ramos de construção naval e siderurgia (Morton, 1989, p. 50 e 97).

3.1.1 Ferrovia transcontinental, colonização e exportação

Para facilitar a integração do território e o escoamento das exportações, entre 1881 e 1885, foi construída pela iniciativa privada a primeira ferrovia transcontinental canadense, com quase cinco mil km; ela passou a ligar Montreal ao Oceano Pacífico. Essa ferrovia resultou da condição imposta pela Columbia Britânica para ingressar no *dominion*. Um grupo privado ganhou a concessão para a construção da via férrea, em troca de 25 milhões de dólares em espécie, dez milhões de hectares de terras ao longo da linha e o direito de explorá-la com exclusividade por 20 anos, além de isenção de tributos locais sobre as terras. A idéia do Governo foi desenvolver o mercado interno de produtos manufaturados e abastecer a economia urbana no Leste, com alimentos e matérias-primas do Oeste. Nas margens dessa ferrovia houve intensa colonização e desenvolvimento. Franquias monopolísticas idênticas às da Ferrovia Transcontinental para investidores privados também ocorreram para os serviços de bondes urbanos, energia elétrica e telefones (Morton, 1989, p. 100 e 102).

Nos anos de 1890, o aumento da produção de ouro da África do Sul ajudou a elevar o preço internacional de alimentos e matérias-primas. Além disso, o baixo custo dos fretes, embora não estimulasse a indústria naval canadense, possibilitou o aumento da exportação de trigo. Em 1895, construiu-se a primeira usina hidrelétrica, e a partir de 1896, com o fechamento da fronteira agrícola nos EUA, ocorreu intenso fluxo migratório para o oeste canadense. Esse impulso ao povoamento aumentou substancialmente a produção de trigo e expandiu o setor de mercado interno para as manufaturas do leste. Entre 1896 e 1911, mais de um milhão de pessoas fixou-se no oeste.

A produção de trigo aumentou de 9,9 milhões de t para 73,6 milhões de t. Ramais ferroviários foram construídos em todas as partes, usando-se mão-de-obra colonial na entressafra e com recursos públicos destinados à colonização. Em cada cruzamento de ferrovia nascia uma cidade, o que estimulava a construção civil, o comércio, os serviços e a própria indústria. Havia ampla liberdade para os capitais privados, que eram investidos livremente em todos os setores (Morton, 1989, p. 125-129).

Portanto, foram os produtos agrícolas básicos de exportação, a integração econômica interna e a colonização de imensas áreas agrícolas que impulsionaram o crescimento econômico canadense. Inicialmente, desempenharam importante papel a pesca de bacalhau e o comércio de peles, mas essas atividades não proporcionaram a colonização efetiva. A pequena base demográfica inicial foi estabelecida mais por imposição imperial, do que por fatores econômicos. Os colonizadores não formavam ainda um mercado local que incentivasse a industrialização. De outra parte, a ausência de produtos de exportação com fortes encadeamentos sobre a economia local inibiu a expansão colonial inicial. O censo de 1851 mostrou que a base industrial canadense, da época, limitava-se a serrarias e

moinhos voltados para a exportação (Watkins, 1977, p. 274).

No final do século 19, as exportações se diversificaram. Além de bacalhau, peles e madeiras, incluíam-se queijos, cereais e carnes. Nessa época, a industrialização canadense ainda se encontrava muito atrasada, em comparação com a Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Contudo, a população começou a crescer pelas imigrações, o que ajudou a expandir o mercado interno. Entre 1896 e 1913, houve um verdadeiro *boom* de exportação de produtos primários, como trigo, cobre e níquel, com intensos encadeamentos sobre a industrialização. A base exportadora influenciou, segundo Watkins (1977, p. 278), tanto os investimentos industriais na substituição de importações e na industrialização de produtos primários exportáveis, como o aumento das importações via elevação da renda interna.

O fator relevante, a fundamentar a análise de Watkins, é o de que a área agrícola do Canadá era pequena, aberta e bastante próxima dos Estados Unidos. Por mais que o país crescesse, ele não chegava a ser um concorrente sério para os Estados Unidos. Além disso, o Canadá foi capaz de copiar, adaptar e aperfeiçoar tecnologias estrangeiras, à medida que ocorriam as grandes transformações na economia mundial. Entre 1900 e 1920, o grau de industrialização desse país acelerou-se, com a implantação de novas usinas siderúrgicas, impulsionadas pela construção de ferrovias em todo o território nacional (incluía uma nova linha transcontinental), inúmeras fábricas de calçados, roupas, ferragens, máquinas, motores, produtos alimentares e outros bens de consumo final (Morton, 1989, p. 130).

Em 1914, o Canadá entrou em guerra contra os impérios austro-húngaro e alemão, ao lado dos aliados. Os gastos de defesa vinham sendo efetuados consideravelmente desde 1897, e a partir de 1909 a maioria das províncias passou a adotar treinamento militar em suas escolas; previa-se defesa contra ataques a portos, pontes e canais. Com o conflito, que no início agravou a depressão, o Governo canadense recorreu a empréstimos que elevou a dívida interna de 434 milhões para 2,5 bilhões de dólares. Graças às exportações de trigo para alimentar os exércitos aliados, em substituição ao trigo russo, impedidos de entrar na Europa, bem como de madeira, munições e armas, essa dívida foi rapidamente paga nos anos seguintes. Grupos empresariais canadenses souberam tirar partido do conflito, expandindo suas empresas, ou criando novos empreendimentos com base no “*aprender fazendo*”, para produzir munições, granadas, fuzis, substâncias químicas, explosivos, navios e aviões (Morton, 1989, p. 155).

Ao iniciar a Primeira Guerra Mundial, o Canadá ainda era essencialmente agrícola, exportando trigo, níquel e cobre. O desenvolvimento industrial foi estimulado pelo governo que fornecia energia elétrica a preço de custo, principalmente na província de Ontário. Depois da guerra, cresceu o movimento operário, surgindo novas centrais de sindicatos, com aumento do número de filiados. Simultaneamente, a redução da taxa de lucro de algumas ferrovias levou a sua nacionalização. As causas eram as baixas tarifas de transporte e a insuficiência de energia elétrica em algumas regiões, para a eletrificação das linhas. Simultaneamente, ocorreu forte emigração de colonos para outras áreas. Apesar disso, investimentos norte-americanos ingressaram em massa no Canadá nos anos de 1920, ao mesmo tempo em que o mercado dos EUA abriu-se ainda mais para os produtos canadenses. Contribuíam também para reorientar os investimentos internacionais, a

decadência britânica do pós-guerra e o surgimento dos EUA como nova potência mundial. Os novos setores de atração do capital e, posteriormente, responsáveis pelo crescimento econômico de outros ramos de atividade, foram rodovias, telefonia, aeronáutica e a indústria automobilística (Morton, 1989, p. 178).

A criação de um cartel para a comercialização de trigo no mercado internacional estimulou ainda mais a produção desse cereal no Canadá, que alcançou uma superprodução em 1928. Com a redução dos preços internacionais, em decorrência da queda da bolsa de Nova Iorque, a crise desencadeou-se em todo o setor de mercado interno, aumentando a taxa de desemprego de 3%, em 1929, para 11%, em 1930, e 23%, em 1933. Em 1931, o Canadá ficou independente, permanecendo, no entanto, membro da Comunidade Britânica. Nos anos que se seguiram, os Estados Unidos, para sustentar sua economia, criavam dificuldades adicionais para os canadenses. Um terço do emprego industrial desapareceu com a Grande Depressão, e a renda líquida agrícola reduziu-se de 417 milhões, em 1929, para 109 milhões de dólares, em 1933. Em 1935, com o objetivo de reerguer a economia, o Governo canadense adotou a política do *New Deal* dos EUA, criando salário desemprego, jornada máxima de trabalho e salário mínimo (Morton, 1989, p. 184-194).

3.1.2 Exportações manufaturadas e desenvolvimento

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Canadá participou com homens e armas e abasteceu a indústria norte-americana com máquinas, motores para aviões, ferramentas, equipamentos e instrumentos diversos. A indústria canadense recebeu incentivos tarifários e crédito de US\$ 1,5 bilhão. Assim, em 1943, 1.200 mil trabalhadores estavam empregados na indústria de guerra, muitos dos quais em fábricas novas; cerca de dois terços da produção canadense destinava-se aos aliados. No plano financeiro, para contornar o problema da escassez de dólares norte-americanos, o Governo canadense promoveu com o EUA um plano de integração das duas economias; simultaneamente, a dívida de mais de US\$ 4 bilhões com a Inglaterra foi em parte perdoada e o restante aplicado na economia canadense na forma de investimentos diretos. O capital externo era sempre bem-vindo, sem discriminação. A produção de bens não essenciais de consumo, controlada durante a guerra, estimulou a economia no final dos anos de 1940, gerando uma situação de pleno emprego, mesmo com o ingresso crescente de mulheres no mercado de trabalho (Morton, 1989, p. 204-206).

Os efeitos positivos da Segunda Guerra Mundial e as fortes relações diplomáticas e econômicas com os Estados Unidos levaram ao envolvimento do Canadá na Guerra da Coreia, em 1951. A Guerra Fria e o rearmamento que seguiram à Guerra da Coreia ajudaram a sustentar a economia, que se debilitara com a redução dos investimentos norte-americanos. O governo canadense aumentou os investimentos públicos em novas ferrovias, construção de hidroelétricas, extração de petróleo e energia nuclear. O crescimento econômico canadense do pós-guerra atraiu 1,5 milhão de imigrantes entre 1945 e 1957. O déficit público, no entanto, aumentou 32% entre 1957 e 1961, em razão dos gastos destinados a setores com altos índices de emprego, como construção civil, ao treinamento de trabalhadores e às universidades (Morton, 1989, p. 227 e 238).

A recuperação econômica veio a partir de 1961, com a exportação de trigo para a China e União Soviética, o principal item da pauta exportadora canadense. O crédito para a recuperação da indústria automobilística trouxe prosperidade para as cidades industriais. Construiu-se uma grande usina termelétrica e a segunda linha do metrô de Toronto; algumas províncias receberam filiais de multinacionais da indústria automobilística, gerando novos empregos. Contudo, a economia canadense continuava muito dependente dos investimentos externos e do mercado norte-americano. Dois terços de suas exportações destinavam-se aos EUA, e as dificuldades econômicas desse país, no início dos anos de 1970, devido à Guerra do Vietnã, afetaram a economia canadense. A recuperação dos EUA e da Europa logo em seguida reduziu o desemprego no Canadá para menos de 6% em 1973 (Morton, 1989, p. 246 e 271).

A taxa média de crescimento anual da economia canadense foi de 4,6%, entre 1970 e 1980, impulsionada pela produção de bens manufaturados (9,7% ao ano), reduzindo-se para 2,6% entre 1980 e 1993. No início dos anos de 1980, o Canadá sofreu uma grande crise econômica. Em 1979, o número de desempregados chegava a 836 mil, quantia que passou para 1.314 mil em 1982.¹² Nesse ano, o PNB caiu 4%, em termos reais. A dívida pública subiu de US\$ 13 bilhões, em 1979, para US\$ 36 bilhões em 1984 (Morton, 1990, p. 667). A recuperação econômica veio uma vez mais pelo aumento das exportações, que cresceram, em média, 4,5% ao ano entre 1970/1980 e 5,6% ao ano entre 1980/1993.

Constata-se que o comércio internacional tem grande importância na economia canadense. O Canadá é a 8ª economia que mais exporta no mundo, com US\$ 140 bilhões em 1990 e US\$ 248 bilhões em 1998, com superávit na balança comercial. Nesse período, sua participação nas exportações mundiais subiu de 3,5% para 3,7%. O percentual de exportações de produtos manufaturados, em relação ao total das exportações, elevou-se de 59% para 66% (52% e 55% para o caso do Brasil). Entre 1970 e 1993, a estrutura da pauta exportadora canadense mudou como segue: combustíveis minerais e metais, de 26% do total exportado para 17%; outros produtos primários, de 22% para 17%; maquinaria e equipamentos de transporte, de 32% para 40%; outros produtos manufaturados, de 19%, para 26% (Banco Mundial, 1995, p. 183 e 209). Em 1999, com um PNB de US\$ 591,4 bilhões, o Canadá classificava-se como a nona economia do mundo, à frente da Espanha (US\$ 551,6 bilhões) e atrás do Brasil (US\$ 742,8 bilhões) e China (US\$ 980,2 bilhões). Nesse mesmo ano, o PNB *per capita* canadense montava a US\$ 19.320, inferior ao da Itália (US\$ 19.710) e Austrália (US\$ 20.050), mas superior ao da Irlanda (US\$ 19.160) e Espanha (US\$ 14.000) (Tabela 2.1 de Souza, 2005).

As dimensões continentais do Canadá indicam que ainda há muitas áreas a serem desenvolvidas e que seu potencial econômico é muito grande. O processo recente de integração ao NAFTA, o bloco econômico formado com os Estados Unidos e o México, vem se constituindo em

¹² O desenvolvimento econômico canadense, ao atrair novos emigrantes, duplicou a população nacional entre 1945 e 1985, quando atingiu 25 milhões de pessoas.

importante fator do desenvolvimento canadense.¹³ Os Estados Unidos é o maior mercado para o Canadá, que em 1993 absorveu 80,3% de suas exportações e forneceu 73% das importações. As tarifas entre Canadá e EUA foram extintas em 1998. A redução por 10 anos das tarifas com o México deverá ocorrer em breve. A proteção social concedida pelo governo canadense à sua população é uma das mais abrangentes do mundo. O seguro-saúde é quase generalizado, e as taxas de desemprego e de inflação são as mais baixas do mundo. Contudo, a taxa de crescimento de 1,7% do PIB em 2003 foi considerada baixa. Isso levou o Banco do Canadá a projetar corte dos juros para estimular o consumo interno. Em janeiro de 2004, as vendas de automóveis para o mercado norte-americano estavam fracas, assim como o nível da produção petrolífera e a demanda do setor de construção civil.

3.2 Desenvolvimento da Austrália

Como o Canadá, a Austrália faz parte da Comunidade Britânica, havendo alguns pontos comuns na formação econômica dos dois países. Provavelmente, o primeiro navegador a atingir a costa da Austrália tenha sido o holandês Willem Janz, entre 1605 e 1606. Seguiu-se a viagem do espanhol Luís Torres e, entre 1610 e 1642, as expedições de holandeses a serviço da Companhia das Índias Orientais. No entanto, as novas terras continuaram abandonadas pelos europeus até meados do século 18, por seu isolamento no oceano Pacífico. Somente em 1768 a Real Sociedade Geográfica de Londres encarregou o capitão James Cook de organizar expedições para desbravar o continente australiano. Cook tomou posse das novas terras em nome da Inglaterra em 1770. A ocupação do território ocorreu em seguida, com a deportação de condenados penais, que abarrotavam os cárceres ingleses e que antes era feita para a América do Norte. Em 1788, por ordem de Lord Sydney, desembarcou na Austrália uma expedição com mais de mil homens, incluindo 750 condenados, soldados e funcionários públicos, além de alimentos, animais e instrumentos de trabalho (Jose, 1930, p. 23).

Chefiava essa expedição o capitão Arthur Phillip, o primeiro governador-geral da Austrália e fundador da cidade de Sydney. Entre 1788 e 1830, ocorreu a deportação de milhares de condenados penais ingleses, acompanhados por soldados, que passaram a colonizar as novas terras. Havia permanente escassez de alimentos e de produtos manufaturados de primeira necessidade, pois os carregamentos vindos da Inglaterra demoravam a chegar ou se perdiam em acidentes. Assim, Phillip solicitou o envio de colonos livres e trabalhadores especializados no trabalho com madeira e ferro. Desse modo, a colônia passou a produzir desde o início de sua fundação produtos manufaturados para consumo interno. A prioridade, portanto, era o abastecimento do mercado interno em formação. Os produtos agrícolas locais eram adquiridos pelo governo e vendidos à população, sem fins

¹³ Em 1988, Estados Unidos e Canadá assinaram um tratado de vantagens comerciais recíprocas e que se transformou em um tratado de livre comércio em fins de 1993, com a inclusão do México. Em vigor desde janeiro de 1994, esse acordo elimina gradativamente as tarifas alfandegárias, o que estimula as exportações dentro do bloco e freia as exportações de outros países para o NAFTA.

lucrativos. Os produtos importados eram igualmente controlados pelo governo, principalmente o *rum*, que servia como moeda. Apesar dessas decisões centralizadas, surgiram grupos privados que se dedicavam, sobretudo, à criação de ovelhas. Eles importavam da Inglaterra, desde 1803, animais de raça superior para aperfeiçoar o rebanho (Jose, 1930, p. 26 e 36).

A falta de chuvas, a adversidade do solo e a falta de mantimentos tornavam a vida nas novas terras muito difícil. O isolamento e o abandono da metrópole logo despertaram o sentimento de libertação. Os próprios guardas dos apenados abandonavam a função e se tornavam colonos. Foi necessário enviar da Inglaterra uma corporação especial (*New South Wales Corps*), para o policiamento da colônia. Ao assumir em 1795, o novo governador John Hunter constatou que a colônia já produzia a maior parte dos artigos manufaturados que consumia. Havia, no entanto, forte oposição dos oficiais da *Wales Corps* às orientações do governador, o que provocou a sua remoção para a Inglaterra. Com isso, o governador centralizou o poder. Ele mandou construir edifícios e estradas, encorajou a exploração agrícola de novas áreas, criou uma nova moeda para substituir o *rum* e restaurou o equilíbrio social e econômico. A redistribuição de terras favoreceu as grandes propriedades. Contudo, os beneficiários deveriam dispor de um capital não inferior a 500 libras esterlinas, para poderem cultivar as novas terras. Essa regra tinha como objetivo atrair colonos ingleses com capitais. A partir de 1831, as terras passaram a ser vendidas, para financiar o transporte de colonos livres. Os novos colonos deveriam pagar as terras em sete anos de trabalho (Mirador, 1995, p. 1029).

3.2.1 Base exportadora e protecionismo

A descoberta de ouro, ferro, carvão e metais não ferrosos, no século 19, foi fundamental para o desenvolvimento da colônia, porque ajudou a ampliar a base industrial nascente. Foram estimuladas as agroindústrias, as atividades interligadas com a mineração e a indústria leve de bens de consumo. Os rumores da descoberta de ouro, em 1851, atraíram para o interior da Austrália milhares de garimpeiros de todo o mundo. Com isso, muitas áreas australianas se despovoaram. Em Melbourne, em um mês, atracaram 82 navios, com 12 mil imigrantes espontâneos. Entre 1851 e 1861, chegaram à Austrália e à Nova Zelândia, onde também se descobriu ouro, 508.802 imigrantes. O número de colonos na Austrália não passava de 500 mil em 1850; com as imigrações, esse número atingiu 3,5 milhões em 1900 e oito milhões em 1950. Em 1956, a população australiana atingia 9,5 milhões de pessoas, incluindo-se os nativos (Mota, 1964, p. 229).

Na esteira do progresso industrial surgiram as universidades de Sidney, em 1852, e de Melbourne em 1854. As colônias australianas eram desarticuladas entre si, relacionando-se diretamente com a metrópole. As mais industrializadas eram protecionistas, enquanto as demais praticavam uma política de maior abertura com o exterior. Foi o temor de perder as ilhas próximas para as potências européias que acelerou a formação da federação australiana, entre 1891 e 1900. As colônias passaram a se denominar Estados, mantendo-se a autonomia interna, mas com política externa comum. Foram atribuídos ao governo central os assuntos relacionados com a alfândega,

comércio, imigração e defesa. Para proteger a indústria nascente, foram elevadas as tarifas de importação. Acentuou-se a intervenção do Estado em várias áreas de atuação do país. A capital australiana foi instalada em Melbourne. Canberra, a capital definitiva, teve sua construção iniciada em 1913 e inaugurada em 1927 (Mirador, 1995, p. 1030).

A Austrália participou das duas Guerras Mundiais ao lado do Reino Unido, adquirindo personalidade internacional. Continuava a política da proteção da indústria nacional contra a concorrência estrangeira e a força dos sindicatos era cada vez maior. Em função disso, o Partido Trabalhista manteve-se no poder entre 1910 e 1923. Em 1931, o país passou a integrar a Comunidade Britânica, adquirindo total independência. Apesar do protecionismo, a Austrália manteve um setor exportador ativo, direcionado principalmente para a Comunidade Britânica. As exportações de lã, carnes, trigo, açúcar e metais não ferrosos foram fundamentais para o desenvolvimento australiano. A pecuária bovina foi outra atividade importante na formação econômica da Austrália. A produção de carnes bovina, ovina e suína aumentou substancialmente desde meados dos anos de 1930. A partir de 1950, ocorreu a diversificação da produção agrícola desse país, com o aumento da produção de frutas, fumo e algodão, estes dois últimos produtos tradicionalmente importados.

Esse desenvolvimento com base no protecionismo e nas exportações foi muito importante, sobretudo pelo relacionamento da Austrália com a Inglaterra, permitindo a importação de tecnologia. Em 1956, as exportações australianas totalizavam 17% da renda nacional. As atividades econômicas principais, até a Primeira Guerra Mundial, eram constituídas pela pecuária, agricultura e mineração. Em 1911, apenas 20% da população ativa estava ocupada na indústria. O grande impulso ao crescimento industrial decorreu da instalação da grande siderurgia na região produtora de carvão de Newcastle, entre 1914/1918. Isso gerou o desenvolvimento das indústrias de construção naval, máquinas agrícolas, tratores e automóveis (Mota, 1964, p. 235).

Outro fator da industrialização australiana foi o grande afluxo de capitais estrangeiros, entre 1918 e 1929, sobretudo norte-americanos, canadenses e ingleses. Estima-se que, entre 1947 e 1957, os investimentos estrangeiros, principalmente diretos, montaram a 675 milhões de libras e os empréstimos do Banco Mundial a US\$ 318 milhões. Mais significativas foram as receitas de exportação, que subiram de 223 milhões de libras em 1945, para 1 bilhão de libras em 1955. A Grande Depressão Mundial da década de 1930 atingiu fortemente a Austrália, de sorte que o pessoal ocupado na indústria não chegou a dobrar, entre 1928 e 1948, passando de 450 mil para 849 mil. Contudo, sete anos mais tarde, em 1955, esse país contava com mais de um milhão de trabalhadores no setor industrial. Nesse período, os principais fatores do crescimento econômico australiano foram as exportações e o afluxo de capital estrangeiro (Mota, 1964, p. 238).

Conclui-se que, em face do isolamento geográfico, sem as vinculações da Austrália com a Comunidade Britânica, que lhe permitiu inserir-se dinamicamente no comércio internacional, seria muito difícil seu desenvolvimento econômico em um período de tempo relativamente curto. Esse país conseguiu diversificar sua pauta exportadora, substituir importações e incentivar o ingresso de capitais externos. Foi fundamental também o papel do Estado na realização de investimentos em transportes, comunicações, irrigação e energia elétrica e na adoção de políticas de proteção à

indústria nacional nascente.

Entre 1965 e 1980, a Austrália cresceu 4% ao ano, no mesmo ritmo da França e mais do que a Alemanha e EUA. Entre 1980 e 1990, sua economia expandiu-se em um ritmo somente inferior ao do Japão, em relação ao grupo de países da Tabela 2.1 de Souza, 2005, e Tabela 1. Esse crescimento mais acelerado foi impulsionado pelo dinamismo das exportações, que cresceram 7,9% entre 1990/1999, contra 6,9% entre 1980/1990. As exportações continuaram crescendo rapidamente em 1998/1999 (6,1%), o que manteve a expansão do PNB total em 3,8% ao ano. Em 1999, o PNB da Austrália atingiu US\$ 380,8 bilhões e o PNB *per capita* US\$ 20.050, um dos maiores do mundo (Banco Mundial, 2003).

Na virada do século 21, a Austrália apresenta-se como uma das economias mais abertas e competitivas do mundo. Entre 1997 e 2000, ela cresceu 4% ao ano e 4,1% em 2001, a maior taxa das economias ricas. A inflação média nos anos de 1990 foi de apenas 2,3% ao ano, inferior às taxas da Europa (3,2%) e dos EUA (2,9%). Por conseguinte, a taxa de juros reais é bastante baixa, o que estimula o investimento. O índice de emprego cresceu 1,2% ao ano, entre setembro de 2000 e setembro de 2002, quando a taxa de desemprego atingia 6,2%, contra 10,9% em dezembro de 1992. O que vem permitindo crescimento relativamente acelerado, com inflação baixa, é o aumento da produtividade total, que entre 1995/2000 se manteve em ritmo superior ao dos países do G7 (Pesquisa Google: “Economia da Austrália”).¹⁴

Esse aumento de competitividade elevou a participação das exportações de manufaturados no total das exportações australianas (16% em 1990 para 29% em 1998). As exportações totais da Austrália subiram de US\$ 39,8 em 1990, para US\$ 69 bilhões em 2000. O rápido crescimento de suas exportações (7,9% entre 1990/1999) vem explicando o crescimento econômico acelerado. Os principais produtos exportados continuam sendo carvão, ouro, carnes, lã, alumínio, minério de ferro e maquinaria. A base exportadora de produtos primários (57% do total em 2000), entretanto, depende muito da cotação dos preços internacionais e dos mercados norte-americano e japonês, bem como do ritmo de crescimento dessas economias. O PNB *per capita* da Austrália, o 26º mais elevado do mundo (US\$ 20.050 dólares de 1999), indica que um país pode desenvolver-se em função de uma base exportadora agrícola e que a industrialização resulta da elevação geral do nível de renda (Viner, 1969), da implantação de infra-estruturas e do surgimento de um empresariado disposto a adotar inovações tecnológicas e assumir riscos (cf. Capítulo 6, adiante).

4 - Irlanda: uma breve síntese

A Irlanda é um pequeno país europeu, membro da Comunidade Britânica, que vem conhecendo extraordinário crescimento econômico nos últimos anos. Sua capital fica em Dublin e país possui

¹⁴ Grupo dos sete países aliados mais ricos e que inclui os EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá. Em certas ocasiões, esse grupo convida a Rússia para as suas reuniões, por seu poderio militar, formando o G8.

uma população de quatro milhões de pessoas (1999); seu território é de apenas 70 mil km² (exclui a Irlanda do Norte, com 14 mil km² e cerca de 1,6 milhões de pessoas). Esse país tornou-se, em 2004, o novo modelo de país com desenvolvimento rápido. Sua economia centra-se nas exportações, pois o mercado interno é diminuto. Quando ingressou na União Européia, em 1973, seu PNB *per capita* era igual a 30% da média européia (US\$ 19.160 em 1999), passando para 120% em 2003. Nesse ano, o PIB irlandês atingiu US\$ 164 bilhões e as exportações US\$ 134 bilhões, com superávit comercial de US\$ 29 bilhões (60% das exportações desse país se destinam à União Européia e 22% aos EUA).

A economia irlandesa especializou-se em setores de tecnologia moderna (indústria farmacêutica, softwares). Hoje o país é exportador de capitais para a União Européia; há 20 anos iniciou a transformação da estrutura produtiva agrícola em uma economia industrial desenvolvida graças a um projeto de desenvolvimento, com recursos a fundo perdido recebidos da União Européia. Esse projeto incluía incentivos para atrair empresas exportadoras de alta tecnologia e investimentos em pesquisa e desenvolvimento, educação e qualificação da mão-de-obra (Gazeta Mercantil, Editoria Internacional, 19/03/2004, p. A-19).

Em 2004, a Irlanda deverá apresentar um déficit orçamentário de apenas 1,1% do PIB. Esse percentual deverá persistir até 2007, em razão dos grandes investimentos públicos em infra-estruturas, o que ajudará a manter a economia com altas taxas de crescimento, devendo atingir 5,2% em 2006 (Google: Economia da Irlanda).

QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO

01. Explique os fatores relevantes do desenvolvimento econômico da França e da Alemanha.
02. Explique a importância do Tratado de Maastricht, que viabilizou a criação do euro, para o desenvolvimento da União européia.
03. Você considera que os fatores do desenvolvimento italiano e espanhol foram os mesmos? Comente-os.
04. Explique o papel das exportações no desenvolvimento de países como Canadá e Austrália. Qual a importância do comércio externo para esses países nos dias atuais?
05. Explique o papel das inovações tecnológicas nas fases concorrencial e monopolista da Revolução Industrial inglesa.
06. Quais foram os fatores comuns do desenvolvimento econômico dos países examinados?
07. Na sua opinião, quais foram as principais razões do atraso de Portugal em desenvolver a sua economia em relação aos demais países europeus?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico: esboços de sua história*. 4 ed. Lisboa: Livraria

- Clássica Editora, 1978.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990*. Washington : Banco Mundial, 1990.
- _____. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995*. Washington : Banco Mundial, 1995.
- _____. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001*. Washington: Banco Mundial, 2003. (www.worldbank.org/1poverty/portuguese/wdr).
- BERTRAND, Luís, PETRIE, Charles. *The history of spain*. New York : Macmillan, 1952.
- BROUÉ, Pierre, TÉMINE, Émile. *La révolution et la guerre d'Espagne*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1961).
- CABRAL, Manuel V. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1981.
- CASTRO, Armando. *Doutrinas econômicas em Portugal (século XVI a XVIII)*. Venda Nova-Amadora. Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- CERDA, José I. e ROS, I. B. *España es así: hechos y cifras*. Madri: Ediciones Cultura Hispanica, 1965.
- CHARDONNET, Jean. *Les grandes puissances: étude économique*. Paris : Dalloz, 1957. t. 1.
- EASTERBROOK, W. T., AITKEN, Hugh G. *Canadian economic history*. Toronto : Macmillan, 1958.
- JOSE, Arthur W. *Histoire de l'Australie depuis sa découverte jusqu'à nos jours*. Paris : Payot, 1930.
- LIST, Federico. *Sistema nacional de Economia Política*. São Paulo : Abril Cultural, 1983.
- MIRADOR. Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. 1995. 20 v.
- MIRANDA, José C. R., MATHIEU, Catherine M. França e Italia: aspectos estruturais e de política industrial. In: SUZIGAN, Wilson et al. *Reestruturação industrial e competitividade internacional*. São Paulo : Seade, 1989.
- MORTON, Desmond. *Breve história do Canadá*. São Paulo : Alfa-Omega, 1989.
- MORTON, Desmond. Crises d'abondance, 1945-1988. In: BROWN, Robert Craig. *Histoire générale du Canada*. Montreal: Editions du Boreal, 1990, cap. 6, p. 568-678.
- MOTA, Fernando de O. *Manual do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1964.
- NETTO, José Paulo. *Portugal: do facismo à revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 80p.
- NIVEAU, Maurice. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. São Paulo : Difusão européia do Livro, 1969.
- ORSI, Pietro. *Modern Italy, 1748-1898*. London : Fisher Unwin, 1899.
- POIRIER, Jean Pierre. *Turgot. Laissez-faire et progrès social*. Paris: Perrin, 1999.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro : Zahar, 1971.
- SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO. *Alguns elementos sobre a economia portuguesa*. Governo Português. Secretariado Nacional da Informação. Lisboa, 1967. 125p.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- VILLAT, Luís. História da Itália. Do fim do século XV a Mussolini. In: *Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro : Delta, t. 3, 1960.
- WATKINS, Melville H. Teoria primária do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional*. Textos escolhidos. Belo Horizonte : Cedeplar, 1977.
- WOLTER, Frank. From economic miracle to stagnation: on the German disease. In: HARBERGER, Arnold

C. *World economic growth: case studies of developed and developing nations*. São Francisco : Institute for Contemporary Studies, 1984.

WYNN, Graeme. Aux confins de l'empire, 1760-1840. In: BROWN, Robert Craig. *Histoire générale du Canada*. Montreal: Editions du Boreal, 1990, cap. 3, p. 224-331.